



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2015
4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2015
5. DESPACHO N.º 477/2015 – VEREADORA A MEIO TEMPO E DESIGNAÇÃO DA VICE-PRESIDENTE
6. DESPACHO N.º 478/2015 – DESIGNAÇÃO DA CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

7. DESPACHO N.º 479/2015 – DESIGNAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
8. DESPACHO N.º 480/2015 – DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIA DO GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO
9. DESPACHO N.º 485/2015 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR, NA CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
10. REQ. N. 874/15, DATADO DE 19/06/2015 – PC N.º 97/15, DATADO DE 31/03/2015 – ULTRAPOLYMERS PORTUGAL, S.A.
11. REQ. N. 1494/15, DATADO DE 15/10/2015 – PC N.º 338/15, DATADO DE 21/09/2015 – MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES UNIPESSOAL, LDA
12. REQ. N. 1395/15, DATADO DE 29/09/2015 – PC N.º 38/15, DATADO DE 09/02/2015 – TENDÊNCIA DE SUCESSO LDA.
13. REQ. N. 1004/15, DATADO DE 22/07/2015 – PC N.º 75/15, DATADO DE 18/03/2015 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.
14. REQ. N. 1470/15, DATADO DE 12/10/2015 – PC N.º 43/07, DATADO DE 18/01/2007 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA
15. REQ. N. 1470/15, DATADO DE 12/10/2015 – PC N.º 43/07, DATADO DE 18/01/2007 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA
16. E/7472/2015 : SOLICITA ANÁLISE À FRAÇÃO SITA NA RUA ANÍBAL H. ABRANTES Nº 15 - CASAL DE MALTA POR QUESTÕES DE SEGURANÇA E DE HABITABILIDADE E SALUBRIDADE – COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DA VISTORIA
17. REQ. N. 1324/15, DATADO DE 17/09/2015 – PC N.º 305/2015, DATADO DE 14/08/2015 – AES MANUFACTURING, LDA
18. REQ. N. 1320/15, DATADO DE 16/09/2015 – PC N.º 295/2015, DATADO DE 11/08/2015 – RTJ PLÁSTICOS, S.A.
19. REQ. N. 1366/15, DATADO DE 24/09/2015 – PC N.º 395/2015, DATADO DE 24/09/2015 – PROMOPLÁS – PROMOÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS, LDA.

20. REQ. N. 1365/15, DATADO DE 24/09/2015 – PC N.º 394/2015, DATADO DE 24/09/2015 – VIDRIMOLDE – INDÚSTRIA INTERNACIONAL DE MOLDES, LDA.
21. BOLLINGAUS STEEL, S.A. - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – CUMPRIMENTO DE CLÁUSULA DE CONTRATO
22. REQ. N. 821/15, DATADO DE 09/06/2015 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ÂNGELA RODNITCHI
23. RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 299 DE 01/04/2004, NOMEADAMENTE NO QUE REFERE AO TRAÇADO DO ARRUAMENTO RUA FILARMÓNICA RECREATIVA AMIEIRINHENSE
24. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
25. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
26. TARIFA DE LIGAÇÃO DA REDE PREDIAL À REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO.
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA”* PARA OS ANOS 2016 E 2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“CINCO SESSÕES DUPLAS DE ESPETÁCULOS DE MÚSICA PARA BEBÉS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS”* NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2016, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
30. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O *“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE”*

31. **MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS - apresentada pela CDU em reunião ordinária de Câmara Municipal de 29 de Outubro de 2015**
32. **DEVOLUÇÃO DE APOIO FINANCEIRO. ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II. REPOSIÇÃO EM PRESTAÇÕES. AUDIÊNCIA PRÉVIA ESCRITA.**
33. **REVISÃO DO VALOR DA RENDA, SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DE LUÍS FILIPE SILVA FERREIRA, INQUILINO RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 82, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**
34. **REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 4, 4.º DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ANABELA OLIVEIRA SANTOS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR**
35. **REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, 2.º DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É MARIA DO ROSÁRIO SANTOS DOS REIS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR**
36. **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA**
37. **APRECIAÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3.º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**
38. **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO – CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “JAVIER GÓMEZ, RETROSPETIVA”**
39. **ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**
40. **ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE**
41. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2016. MANDATO DISCRIMINADO.**
42. **CONTRATO-PROGRAMA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

**43. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. CONTRATO
PROGRAMA PARA 2016. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

44. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se o seguinte munícipe:

1 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º eq.º, Marinha Grande, que leu um documento escrito com a sua intervenção, onde refere que está farto de mentiras, e se queixa que nas várias intervenções que tem feito nas reuniões públicas de 2014 e de 2015, e que estão em ata, nunca obteve resposta às questões que aí colocou, nomeadamente sobre as campas. Disse que não está a ser cumprido o CPA e exige todas as respostas às questões que colocou anteriormente e que lhe mostrem as fotos a provar que as ossadas estão lá na campá.

O **Sr. Presidente** informou que as atas estão disponíveis, tanto no site do Município como em papel, as quais podem ser consultadas nos serviços. Referiu ainda que pensa que o assunto do cemitério já foi amplamente discutido, e que já foi dada resposta a todas as questões colocadas pelo Sr. Joaquim Andrade. Foram cumpridos todos os procedimentos e fornecidos os documentos necessário, que o Sr. Joaquim Andrade tem aí consigo, pelo que não tem mais nada para lhe dizer.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** informou que relativamente às questões colocadas na reunião anterior as respetivas respostas, que tem consigo em papel, irão ser digitalizadas e enviadas a todos os Srs. Vereadores, via WeTransfer.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que gostaria que estivesse aqui na reunião o Dr. Nelson Araújo, porque vai falar sobre ele. Lembrou que em tempos até o elogiou. Entende que as pessoas que estão junto do poder devem ter cuidado na forma como falam dos eleitos, que aqui estão legitimamente. Referiu que é completamente imune às críticas, sejam elas quais forem, mas há uma atitude do Dr. Nelson, que pertence ao Gabinete de Apoio à Presidência, que escreve algo que é insultuoso para com todos os Vereadores da oposição. Não lhe reconhece justiça, mas o que é realmente grave é que venha contradizer o que o Presidente disse na aprovação do PEDU, em que reconheceu que a forma como o assunto foi tratado não tinha sido a mais correta, e até pediu desculpas. Qual não foi agora o seu espanto quando o Dr. Nelson vem dizer o contrário disto e até afirma que os Vereadores da oposição tomaram uma “atitude vil e covarde”. Não quer exigir um pedido público de desculpas, mas ficava-lhe bem. Dizer que os Vereadores da oposição não se interessavam pelo PEDU é completamente falso, porque os Vereadores da oposição, e está em ata, sempre perguntaram pelo andamento das candidaturas ao Portugal 2020, onde o PEDU se enquadra. O Dr. Nelson é um assalariado da política, e por isso pede ao Presidente que o sensibilize para aquilo que escreve e pela sua forma de estar na política local.
- ⇒ Pediu as respostas às questões que colocou. (vão ser enviadas, tal como o Sr. Presidente informou).
- ⇒ Perguntou como funcionam os telefones fixos das escolas: quem os atende? Como é feita a sua gestão? Soube que o telefone de Picassinos não funciona.
- ⇒ Senhas das escolas – parece que há dois sistemas de funcionamento: a compra no próprio dia mas que podem ser utilizadas depois, e noutras escolas não é assim. Como funciona?
- ⇒ Iluminação – há pedidos de lâmpadas para várias ruas da Marinha Grande, feitos há mais de um mês, e a EDP não dá resposta. Um exemplo é a Estrada do Rego da Garcia. Entende que a Câmara deve intervir junto da EDP.
- ⇒ Perguntou se está prevista alguma intervenção na Rua do Jornal da Marinha Grande?

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Referiu que desconhecia o que o colega Logrado disse, mas que se tivesse lido também reagiria da mesma forma. Quando são críticas que não ofendem a pessoa humana não as considera mas quando assim é... Contudo entende que tem que desculpar porque a pessoa deve ter tido um momento mau na sua vida.
- ⇒ Praceta Calazans Duarte – um munícipe colocou-lhe a questão das sargetas, que referem ser já do conhecimento do Vereador Paulo Vicente há mais de seis anos, e

neste momento estão a querer chamar a comunicação social. O munícipe disse-lhe que a solução é simples, porque é só fazer um sifão à entrada do coletor.

- ⇒ Ética política – na última reunião extraordinária “puxou a corda” para saber qual a distribuição de pelouros. O Presidente disse que não falava, mas daí a uma hora já estava tudo no facebook. Gostava que houvesse mais sensibilidade para atender o pedido feito por um Vereador, como pessoa eleita.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu, relativamente à questão que abordou na última reunião sobre a colocação de um aviso na escola, que a Câmara resolveu bem a situação. Mas há um artigo no Jornal de Leiria que não percebe, daí ter questionado: o Agrupamento está a cumprir o Protocolo celebrado com a Câmara?

O **Sr. Presidente** informou que nas respostas que lhe vão ser enviadas está a resposta a esta questão.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou o Presidente da Câmara, que de “estagiário” passou a efetivo.
- ⇒ Relativamente ao Adjunto do Presidente, disse que também leu a prosa e ficou apavorado. Mas agora também fez uma prosa para os Vereadores da CDU sobre as escolas. Como cidadão tem direito à sua opinião, mas tem que haver alguma contenção naquilo que diz. Parece-lhe que o Vereador António Santos está muito benevolente, pois dá uma face e depois dá a outra. Recomenda alguma contenção. Referiu ainda que embora os jornais tenham a sua liberdade de atuação, é de salientar o Editorial de hoje do Jornal da Marinha Grande. Entende que o PS não faria melhor.
- ⇒ Propôs ao Sr. Presidente que se discuta futuramente uma alteração ao Regimento da CMMG. Está de acordo que haja regras, mas entende que deve ser melhorado.
- ⇒ Estacionamento na Escola da Amieirinha – o sinal de estacionamento proibido deveria recuar, para alargar a zona de estacionamento proibido, de modo a evitar situações como a que aconteceu recentemente, em que um autocarro não conseguia passar.
- ⇒ Questionou se a discussão pública sobre o mercado foi posta de lado.
- ⇒ Escola da Fonte Santa – chamou a atenção para o facto de as luzes estarem acesas todos os dias, tanto de dia como de noite, e até ao fim-de-semana. Tem que se poupar.
- ⇒ Site do Município – voltou a referir que os únicos eleitos que têm disponível a declaração de rendimentos são os da CDU e o Vereador Paulo Vicente. Pediu a todos para colocarem as declarações, uma vez que é uma questão de transparência.

- ⇒ Aniversário da Casa da Cultura – esclareceu a razão pela qual não esteve presente. Aquando do espetáculo “Palco de Memórias”, que inaugurou a Casa da Cultura, propôs no próprio dia da reunião um voto de louvor a todos os participantes, conforme consta da deliberação 821, de 30/10/2014, cujo texto recordou. Na altura em que propôs na reunião do executivo permanente foi-lhe dito que iria melindrar alguns funcionários, que os que colaboraram tinham recebido pelo trabalho prestado, e o então Presidente não se quis envolver na situação. Foi adiando a decisão, mas lembrando, só que nunca houve concordância. Ainda bem que a Dr.ª Cidália agora chegou e foi feita a sessão e dado o voto de louvor público, com dignidade, embora entenda que teve pouca. O S.I.M. não esteve presente, porque estava a atuar noutro local. Não foi, apesar de ter dito que iria, porque refletiu e não quis fazer figura de parvo. Sentiu-se, ficou triste por não ter sido feito na altura e porque entende que não foi bem divulgado e não estiveram todos presentes, como foi o caso do S.I.M., e ainda porque na sua opinião a homenagem deveria ter sido feita no Salão Nobre. Referiu que a Vereadora não tem nada a ver com a situação, mas ficou triste.
- ⇒ Disse que quer discutir a questão da substituição do Presidente da Câmara mas o Regimento que existe não o permite.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Como o Sr. Joaquim Andrade já aqui veio falar do mesmo assunto diversas vezes, entende que deve ser posto um ponto final nas questões apresentadas pelos munícipes, dando as respostas certas. O assunto do cemitério é sensível, mas pede que se resolva de uma vez só.
- ⇒ Sobre o Dr. Nelson Araújo disse que nem sabe como pegar neste assunto. Leu um excerto de um artigo que ele escreveu no Jornal da Marinha Grande em 21/02/2013, em que expressava a sua opinião sobre a candidatura do Dr. Álvaro Pereira. Concluiu dizendo que não lê o que este Senhor escreve, e que só lamenta que ele esteja no mesmo espaço que os Vereadores. E não diz mais nada.
- ⇒ Referiu uma vez mais os cães que vagueiam pelas matas. Ontem dois ciclistas foram atacados por três cães na zona do Tremelgo. Se tivessem sido crianças, poderíamos estar a falar duma tragédia. Para quando a resolução deste sério problema?
- ⇒ O cruzamento da Rua Augusto Costa com a Rua do Lamarão, na Pedrulheira, é alvo de muitos acidentes. Os carros e até os camiões passam a alta velocidade naquele cruzamento, e aproximam-se tão rapidamente que quando olhamos aquele espelho que está mesmo em frente do cruzamento, para ver quem vem do lado da Albergaria, e quando nos metemos na estrada, já está uma viatura em cima de nós. Sugeriu ao executivo permanente que estude uma solução que faça abrandar forçosamente tanto os veículos ligeiros como os pesados.

- ⇒ Reafirmou que a sua colaboração e contribuição como Vereador, sempre que solicitado e tenha disponibilidade, é total. Na semana passada esteve aqui no Salão Nobre, na terça-feira, na receção ao Governador Rotário, e na sexta-feira esteve na visita da Senhora Embaixadora de Moçambique. No domingo presenciou a comemoração do 1.º aniversário da Casa da Cultura. Sobre o aniversário da Casa da Cultura tem a registar a importância de agradecer a todos os que se empenharam na reconstrução do Teatro Stephens, com maior relevo para aqueles que o fizeram graciosamente. Gostaria de deixar duas notas:
- a) Lamentar a ausência das pessoas que lideraram o processo, nomeadamente o Presidente Álvaro Pereira e o Vereador Vítor Pereira.
 - b) Foi pena ver uma sala tão vazia, porque além de se terem gasto mais de 3.000,00 €, o espetáculo e os agraciados mereciam uma sala cheia.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Andrade, referiu que tem que se responder sempre que os munícipes o solicitam. Trata-se de um munícipe preocupado com a causa pública, recordando as visitas que com ele fez aos parques da cidade.
- ⇒ Explicou que não foi ao aniversário da Casa da Cultura porque se solidarizou com a posição do Vereador Vítor Pereira. Assistiu a toda a situação por ele descrita, e de repente já se achou pertinente esta cerimónia.
- ⇒ Perguntou se foi feita alguma reclamação acerca da obra da Resinagem. Disse que foi lá e verificou que a obra tem muitos defeitos. Se foi feita gostaria de ter acesso ao documento. Se não foi feita, gostaria de saber se há intenção de fazer e porque é que ainda não foi feita.
- ⇒ Perguntou ainda:
- a) Há contactos com a APA sobre o ordenamento da Orla Costeira?
 - b) Há alteração sobre a situação da Torre de Vigia?
 - c) Há intenção ou não de discutir nos pontos agendados para conhecimento a questão dos pelouros? Se houver falará nessa altura, se não falará agora.
- ⇒ Sobre o Dr. Nelson disse que ele deve estar de mal com a vida e que tem muitos momentos maus, pelo que deverá primeiro resolver os seus problemas. Não estranha a sua atitude, pois já foi assim com o projecto Pinhal do Rei, e é agora com o PEDU. Tem uma estranha obsessão com os Vereadores da CDU, especialmente consigo.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte, no âmbito dos seus pelouros:

- ⇒ Telefones das escolas – informou que já enviou uma mensagem à Chefe da DCD e que ela lhe disse que não sabia que um dos telefones não funcionava.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse que não se trata de um telefone específico mas de saber se o sistema funciona.

- ⇒ Cantinas – o rácio está a ser cumprido. Houve o cuidado de garantir um número de pessoal afeto às escolas, para que se possam suprir as necessidades em caso de falta de alguém. A própria Câmara tem dois funcionários a acompanhar as crianças, numa relação de muita proximidade.
- ⇒ Fonte Santa – tomou nota da situação exposta.
- ⇒ Casa da Cultura – referiu que está no executivo há um mês, já havia eventos programados e está a ser dada continuidade às decisões dos antecessores. Foi decidido atribuir este voto de louvor no primeiro aniversário porque se achou por bem ser agora e foi isso que foi feito. Também questionou o facto de não se divulgar mais mas foi-lhe dito que o número de participantes (120) teria direito a um acompanhante, daí que a previsão seria de que a sala estaria cheia. Este dia era um dia representativo, daí entender-se que seria o melhor dia. Fazer a cerimónia aqui no Salão Nobre não seria possível atendendo ao número de homenageados.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Não é seu timbre, nem do PS, calar seja quem for. As pessoas têm opiniões e estas são de quem as emite. Quando são emitidas em nome do Presidente da Câmara é óbvio que as subscreve.
Os Srs. Vereadores da oposição protestaram.
- ⇒ Substituição de lâmpadas – pediu para que assim que sejam detectadas estas situações lhe seja enviado um e-mail ou que o contactem telefonicamente para se resolverem de imediato.
- ⇒ Travessa de Vieira de Leiria – é um concurso público e a obra já está adjudicada. É uma intervenção muito profunda, que contempla a remodelação da rede de águas, saneamento, pluvial, arranjo de calçadas e remodelação de passadeiras.
- ⇒ Aviso das cantinas – foi logo ver e foram retirados de imediato, de modo a que as regras de utilização sejam divulgadas de forma mais apelativa.
- ⇒ Praceta Calazans Duarte – o que se passa é que alguém abusivamente ligou alguma rede predial doméstica ao pluvial. Já deu orientações aos serviços para se fazer um levantamento exaustivo das situações ali existentes para se atuar, porque é proibido ligar domésticos aos pluviais.
- ⇒ Ética política – na sequência da reunião extraordinária, distribuiu os pelouros de acordo com os resultados eleitorais, uma vez que se trata de uma competência própria do Presidente da Câmara, embora todos possam emitir opinião.
- ⇒ Editorial do Jornal da Marinha – não encomendou nada a ninguém porque não precisa, uma vez que não “caiu aqui de pára-quedas” e já deu à causa pública mais de metade da sua vida. É evidente que é melhor receber elogios do que críticas destrutivas.
- ⇒ Estacionamento na Amieirinha – pediu ao Sr. Vereador Vítor Pereira para lhe reportar a situação por e-mail.

- ⇒ Mercado – quando estiver detentor de todos os dados em negociação dará conta para se pesarem os prós e contras da localização.
- ⇒ Casa da Cultura – no discurso que proferiu, para além de enaltecer todos os que participaram no espetáculo, também puxou pela memória para falar de todos aqueles que estiveram na origem, porque ninguém sobe ao palco sem ele estar feito.
- ⇒ Sr. Joaquim Andrade – a Câmara dá resposta, por escrito, mas se as pessoas não concordam não tem culpa. Foram dados todos os documentos. Pensa que tem respondido sempre e assiduamente aos munícipes.
- ⇒ Av.^a João Beare – parece-lhe que a situação da sinalização no chão foi corrigida há uns meses.
- ⇒ Resinagem – mandou fazer o levantamento de todas as situações, não só da obra em si, mas também das humidades. Ainda não foi libertada qualquer garantia.
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou qual o valor das garantias.
- ⇒ O **Sr. Presidente** pediu à Sr.^a Vereadora Cidália para tomar nota da questão, e informou que também tem situações para reunir com os autores do projeto, porque é uma situação transversal com a empresa. Informou que também já foi pedida uma fiscalização extraordinária.
- ⇒ APA- Agência Portuguesa do Ambiente – está em elaboração o Programa de Ordenamento da Orla Costeira. Foram aceites as exigências da CMMG para o POOC, com exceção da situação da lota da Praia da Vieira, e virá a discussão pública brevemente. A CMMG tem participado em todas as reuniões que se têm realizado.
- ⇒ Torre de Vigia – no próximo sábado é o aniversário dos Combatentes, estará presente e vai verificar a situação, porque se trata de património dos Combatentes. Já em 2014 os serviços da DOT foram fazer a monitorização da situação da torre, que entretanto se degradou.
- ⇒ Pelouros – é uma das competências do Presidente da Câmara e não da Câmara Municipal.
- ⇒ Referiu que foi uma honra para o concelho receber a visita do Governador dos Rotários, e pode desde já informar que a iluminação do Marco Rotário vai ser melhorada.
- ⇒ Foi também uma honra receber a Senhora Embaixadora de Moçambique, com quem visitou algumas empresas, acompanhado pelos Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado. Pensa que há condições para colaboração com as nossas empresas, nomeadamente com o CENTIMFE.
- ⇒ Também recebeu o Presidente da Câmara Distrital de Lembá, o Cônsul da África do Sul em Portugal, que é simultaneamente Presidente da Associação para a Cooperação, Cultura e Desporto entre Portugal e São Tomé e Príncipe, e outros autarcas daquele distrito.
- ⇒ Referiu ainda que ontem esteve na Câmara Municipal a Dr.^a Maria de Belém Roseira, candidata à Presidência da República. Da mesma forma que recebeu esta candidata também receberá todos os outros candidatos que aqui venham.

- ⇒ Informou que a Dr.ª Margarida Balseiro, deputada eleita pelo PSD e natural da Marinha Grande, tomou posse na sexta-feira, e que logo nesse dia marcou uma reunião consigo. Virá apresentar cumprimentos na próxima segunda-feira e disponibilizar-se para fazer qualquer intervenção na Assembleia da República para ajudar nos assuntos do concelho.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira referiu ainda o seguinte:

- ⇒ Deu os parabéns à deputada nacional natural da Marinha Grande, referindo que são grandes as expectativas em relação ao seu trabalho.
- ⇒ Informou que o Sr. Presidente da Câmara esteve presente na assinatura do Protocolo de Cooperação com a Comissão para Igualdade de Género e de Adesão à Rede Nacional de Responsabilidade Social.
- ⇒ Informou também que se está a trabalhar com a CIMRL nas candidaturas na área do turismo e acção social.

O Sr. Presidente informou ainda o seguinte:

- ⇒ Cães – já foram adquiridas armadilhas, que estão instaladas na mata de S. Pedro. O Tremelgo é um sítio novo.
- ⇒ Rua da Pedrulheira – pediu ao Sr. Vereador Aurélio para lhe reportar a situação por e-mail.
- ⇒ Informou que ontem foram divulgados os resultados da votação do OP de 2015. A participação foi maior do que a do ano passado, com mais de 900 munícipes. GANHOU a proposta de requalificação do pavilhão desportivo no edifício da FAE (Parque Municipal de Exposições), com 273 votos, que já tinha sido apresentada no ano passado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente deu por concluído o período de antes da ordem do dia, e interrompeu a reunião para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2015

702 - Presente a ata n.º 25, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 15 de outubro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por não ter tido oportunidade de a ler, atendendo à hora a que foi distribuída.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2015

703 - Presente a ata n.º 26, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de outubro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 27, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2015

704 - Presente a ata n.º 27, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de outubro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - DESPACHO N.º 477/2015 – VEREADORA A MEIO TEMPO E DESIGNAÇÃO DA VICE-PRESIDENTE

Presente o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o N.º 477/2015, de 22 de outubro, em que fixa apenas em um, o número de vereadores em regime de meio tempo, não se verificando a existência de vereadores em regime de tempo inteiro.

A escolha do Senhor Presidente recaiu sobre a Senhora Dr.ª Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira, a qual designou como Vice-Presidente, e que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

A Câmara tomou conhecimento.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:

“Os pelouros que agora são atribuídos à vereadora Cidália são os que estiveram dois anos nas mãos da CDU. Tínhamos um vereador a tempo inteiro e uma vereadora a meio tempo. Agora temos uma vereadora com os mesmos pelouros, mas a meio tempo.

- a) Qual a razão de estar apenas a meio tempo? Não haverá trabalho para tempo inteiro, ou haverá outros motivos?*
- b) Como é possível que os mesmos pelouros passassem de 1 tempo e meio para meio tempo? Ou nos últimos dois anos o tempo atribuído para os pelouros era excessivo, ou então agora estamos perante uma Super vereadora?*
- c) Qual o horário de meio tempo que a vereadora ocupa? Ou seja qual é o Regime do exercício?*
- d) Oxalá nenhuma destas áreas fique comprometida.”*

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu que também tem preocupação por este meio tempo, pois sabe quais são as exigências dos pelouros.

Referiu ainda que pretende retomar a declaração de voto do PS de 15/11/2007, quando dizia que o Presidente da Câmara era um cidadão da lista que não foi eleito. Na altura referiam-se a pessoas eleitas, e agora estamos com uma Vereadora que não foi eleita. É uma situação política, legal, mas na altura os arautos da moralidade levantaram-se, e agora, ironia do destino, poderemos ter como Presidente da Câmara uma cidadã que a população não elegeu. E como na política se tem que ser sério, como diz a Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, que na altura também subscreveu aquela declaração de voto, usou as suas próprias palavras, devolvendo-lhe a expressão “esse lugar não é seu, não foi eleita”, ao contrário daqueles a quem na altura se referia.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu que embora esta situação seja legítima do ponto de vista legal, há questões de ética e de moral neste processo. Disse que não tem nada de pessoal, mas em 15/11/2007 foi feita uma declaração de voto dura, incisiva, e que hoje leva à conclusão que o PS tem que beber do veneno que serviu. Tem estima pessoal pelas pessoas que compõem o executivo permanente e reconhece-lhes capacidade de trabalho, mas questiona-se como é que alguém que não foi eleito vai exercer funções de Presidente da Câmara, nas ausências e férias deste. É uma situação *sui generis*, digna do Guinness. A CDU não pretende fazer o mesmo que o PS fez em S. João da Madeira, fazendo cair a Câmara, embora esta situação não lhe pareça ética.

E ainda há mais, porque há um gabinete com pessoas que não foram sequer candidatos e que também vão governar, com forte intervenção.

Terminou referindo que registou com desagrado que o Presidente da Câmara legitimou aquilo que o Adjunto escreveu, dando-lhe todo o aval.

O Sr. Vereadora António Santos referiu que para si isto não é estranho, pois sempre disse que devia governar quem ganhou. Não têm maioria, mas estão com uma prepotência desmesurada. É pena, porque defende a governabilidade e estabilidade do concelho, e é por isso que o nosso concelho não progride. É devido à política do não, como sempre disse, porque vem o PS e a CDU diz não, vem a CDU e o PS diz não. Entende que se devem apaziguar as políticas do não. O concelho não tem estruturas primárias (piscina, mercado) por causa destas políticas do não.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho pediu para intervir em defesa da honra.

Referiu que em 2009/2013 esteve no executivo e não teve esta política do não.

Questionou: em que momento é que o PS apresentou uma proposta do mercado e a CDU disse não? Quando é que a CDU disse não é construção da piscina?

Seguiu-se uma acesa troca de palavras entre a Sr.ª Vereadora e o Sr. Vereador António Santos.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse que vai tentar ajudar nesta discussão. Referiu que se tem falado muitas vezes das causas pelas quais as pessoas se afastam da política. Em 2007 o PS criticou o PCP, e agora o PCP vem criticar o PS da mesma forma. Os partidos nacionais têm este grande defeito de fazerem as interpretações que mais lhes agradam. Acha isto degradante, e afasta as pessoas da política. O que o PCP fez no passado e o que o PS está a fazer agora é legal, legítimo, e é normal que ocupem estes cargos. Não se pode criticar, mas pode-se criticar a capacidade de desempenho, e isso irá fazer, e tem-lo feito.

Nesta governação, na sua opinião, melhoraram algumas coisas, designadamente na participação dos munícipes, como Orçamento Participativo, mas no aspecto de planeamento estratégico não melhorou rigorosamente nada. Por isso é que votou duas vezes contra o orçamento municipal, porque não se revê nele.

Considera que a governação tem sido muito fraca e espera que estes dois anos sejam muito melhores. O mau exemplo é o PEDU, que considera um documento muito mau. Agora o executivo tem oportunidade de rever as grandes falhas, como são o Centro Escolar, o PEDU, as grandes definições estratégicas, porque há muito dinheiro e todas as condições para fazer uma boa governação.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira referiu que está com a sensação de que ainda não entrou e a CDU já a quer pôr na rua.

O PS tem abertura e liberdade de voto, e não se pode comparar o incomparável. Na altura, em 2007, os Vereadores do PS tiveram uma reunião com o Sr. Barros Duarte, e nunca divulgaram o seu conteúdo. Relembrou que ele saiu por imposição do PCP, devido ao processo do Leclerc.

Sabe bem que não foi eleita e porque é que está aqui e em que situação. Percebe que a CDU queira levantar questões e fazer aproveitamento político das situações, quando o que está em causa é trabalhar para o bem dos munícipes. Está aqui para trabalhar, com todo o tempo que lhe for possível, mas o seu meio tempo deve-se ao facto de saber que é uma situação transitória, e assim pretende continuar.

O Sr. Presidente referiu que a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, como jurista, esteve muito mal, ao dizer que a Vereadora está aqui ilegítimamente. Os factos são estes: este executivo tem legitimidade legal e democrática, até ao último elemento de cada uma das listas.

A Sr.ª Vereadora Cidália já explicou o meio tempo, há poupança para a Câmara, mas a verdade é que ela não está a meio tempo, está a tempo e meio. E além disso convém recordar que ela já teve os mesmos pelouros no anterior executivo.

Terminou pedindo que nunca mais seja posta em causa a legitimidade democrática e legal deste executivo.

6 - DESPACHO N.º 478/2015 – DESIGNAÇÃO DA CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Presente o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o N.º 478/2015, de 22 de outubro, em que designa para exercer as funções de chefe do seu gabinete de apoio, a licenciada Maria Tereza Lages Coelho dos Santos Marques.

A Câmara tomou conhecimento.

7 - DESPACHO N.º 479/2015 – DESIGNAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Presente o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o N.º 479/2015, de 22 de outubro, em que designa para exercer as funções de adjunto do seu gabinete de apoio pessoal, o licenciado Nélson José Nunes Araújo, e ao qual fixa as suas áreas de intervenção, delegando-lhe, ainda, a competência para a prática de atos de administração ordinária no âmbito das suas funções.

A Câmara tomou conhecimento.

O Sr. Presidente esclareceu esta designação e delegação de competência, que é da competência do Presidente da Câmara, e por isso pô-la em prática.

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu que um governo que é minoritário e que precisa de todos os esforços para a governação, não se pode permitir insultar aqueles de cujos votos precisa. Contrariamente ao que o Sr. Presidente disse, isto é insultuoso. É imperativo que o Presidente da Câmara chame a atenção de que esse Sr. não pode insultar as pessoas. Da sua parte está ofendido.

8 - DESPACHO N.º 480/2015 – DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIA DO GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO

Presente o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o N.º 480/2015, de 22 de outubro, em que designa para exercer as funções de secretária do gabinete de apoio à vereação, a trabalhadora Ana Teresa Abreu Domingues.

A Câmara tomou conhecimento.

9 - DESPACHO N.º 485/2015 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR, NA CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Presente o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o N.º 485/2015, de 22 de outubro, em que delega competências na Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes, no âmbito das suas funções.

A Câmara tomou conhecimento.

Depois de terminada a apresentação dos Despachos do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para intervir.

Referiu que considera pouco cortês saber as decisões do Presidente da Câmara pelos meios de comunicação social, embora isso seja legítimo. Julga que teria sido de bom tom, estando o executivo em minoria, que os Vereadores tivessem conhecimento oficial destes atos. É preciso paz política para governar bem e a política também se faz de pequenos gestos. Tem que se ir mais além da legitimidade e da legalidade.

O Sr. Presidente referiu que apesar de nem sempre dar razão ao Sr. Vereador Carlos Logrado, por uma questão de cordialidade, apresenta-lhe as suas desculpas. Tinha que dar seguimento ao trabalho do executivo, deu conhecimento dos atos praticados na reunião de Câmara seguinte, e no momento não lhe ocorreu enviar aos Srs. Vereadores.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

10 - REQ. N. 874/15, DATADO DE 19/06/2015 – PC N.º 97/15, DATADO DE 31/03/2015 – ULTRAPOLYMERS PORTUGAL, S.A.

705 - Presente pedido com o registo n.º 874/15, datado de 19/06/2015 relativo a licenciamento de ampliação e legalização de alterações efetuadas num edifício industrial, sito no lote 13 da Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.277 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.895, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 97/15, com data de entrada de 31/03/2015, apresentado por ULTRAPOLYMERS PORTUGAL, S.A., com o NIPC 500 653 046, com sede na Zona Industrial – R de Áustria, Lt 13, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 21/10/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a ampliação e legalização de alterações efetuadas num edifício industrial, sito no lote 13 da Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9.277 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.895, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo camarário n.º 97/15, com data de entrada de 31/03/2015, apresentado por ULTRAPOLYMERS PORTUGAL SA, com o NIPC 500 653 046, com sede na Zona Industrial – R de Áustria, Lt 13, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra;

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1494/15, DATADO DE 15/10/2015 – PC N.º 338/15, DATADO DE 21/09/2015 – MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES UNIPESSOAL, LDA

706 - Presente requerimento n.º 1494/15, datado de 2015/10/15, constante do processo camarário n.º 338/15, subscrito por MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES UNIPessoal, LDA., com o NIPC 504 391 810, com sede em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 27, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um edifício de habitação com 3 fogos”*, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua das Rosas da Pedra de Cima, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.793, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.720.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/10/22, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um edifício de habitação com 3 fogos”*, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua das Rosas da Pedra de Cima, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.793, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.720, com o número de processo 338/15, com data de entrada em 2015/09/21, apresentado por MR 99 – COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES, LDA., com o NIPC n.º 504 391 810, com sede em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 27, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua das Rosas da Pedra de Cima, sendo o alinhamento do lancil determinado pelo alinhamento do lancil existente no prédio confinante a Sul. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão com 0,12m de largura e blocos de betão com 0,10x0,20x0,06m de espessura, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura e na zona de estacionamento uma base em tout-venant com 0,20m de espessura e blocos de betão com 0,10mx0,20m com 0,08m de espessura e lancil de betão com 0,08m de largura.
3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, não podendo entre extremas, exceder a altura de 1,80m contados a partir da cota natural do terreno. O muro de vedação confinante com a via pública, poderá dispor de uma altura máxima de 0,80m, acrescido de elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m, perfazendo assim uma altura máxima de 1,50m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

**12 - REQ. N. 1395/15, DATADO DE 29/09/2015 – PC N.º 38/15, DATADO DE 09/02/2015
– TENDÊNCIA DE SUCESSO LDA.**

707 - Presente pedido com o registo n.º 1395/15, datado de 29/09/2015, solicitando a **aceitação dos projetos de especialidade relativos ao processo de licenciamento de alterações para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas**, a efetuar nas frações “C” e “H” do edifício sito na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 14, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 290 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.929, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/15, com data de entrada de 09/02/2015, apresentado por **TENDÊNCIA DE SUCESSO LDA.**, com o NIPC 510 645 313, com sede na Rua do Arieiro, n.º 2, R/C Esq.º, Loja B, Marrazes, Leiria, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 16/04/2015;

Presente informação técnica, datada de 14/10/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 16/10/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, a efetuar nas frações “C” e “H” do edifício sito na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 14, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 290 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.929, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/15, com data de entrada de 09/02/2015, apresentado por **TENDÊNCIA DE SUCESSO LDA.**, com o NIPC 510 645 313, com sede na Rua do Arieiro, n.º 2, R/C Esq.º, Loja B, Marrazes, Leiria, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1004/15, DATADO DE 22/07/2015 – PC N.º 75/15, DATADO DE 18/03/2015 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.

708 - Presente pedido com o registo n.º 1004/15, datado de 22/07/2015, relativo a apresentação dos projetos de especialidade referentes ao pedido de licenciamento da **alteração e legalização de alterações de um edifício industrial**, sito na Estrada da Nazaré, n.º 222, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.761-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 75/15, com data de entrada de 18/03/2015, apresentado por **PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.**, com o NIPC 500 727 236, com sede na Rua Augusto Costa - Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 25/06/2015;

Presente informação técnica, datada de 17/08/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 19/10/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **alteração e legalização de alterações de um edifício industrial**, sita na estrada da Nazaré, n.º 222, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.889 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.761-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 75/15, com data de entrada de 18/03/2015, apresentado por **PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.**, com o NIPC 500 727 236, com sede na Rua Augusto Costa - Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1470/15, DATADO DE 12/10/2015 – PC N.º 43/07, DATADO DE 18/01/2007 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA

709 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de moradia e construção muro, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito no Lote 15, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 15.865 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.222, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **GUILHERMINO DA SILVA OLIVEIRA**, com o NIF 169 852 644, com morada na Rua Álvaro Cunhal, n.º. 54, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 26/07/2007, titulado pelo alvará de licença de construção n.º 168/09, emitido em 08/01/2010, cuja validade terminou em 28/12/2012. Presente informação técnica datada de 23/10/2015, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 26/07/2007, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros, a que foi atribuído o número de processo 43/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 15, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 15.865 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.222, da referida freguesia de Marinha Grande;

- O atual titular do processo, Guilhermino da Silva Oliveira, com o NIF 169852644, com morada na Rua Álvaro Cunhal, n.º. 54, freguesia e concelho de Marinha Grande, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

-Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Câmara, conforme o disposto no artigo 124.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 168/09, emitido em 08/01/2010, cuja validade terminou em 28/12/2012, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros, a que foi atribuído o número de processo 43/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 15, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 15.865 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.222, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por GUILHERMINO DA SILVA OLIVEIRA, com o NIF 169 852 644, com morada na Rua Álvaro Cunhal, n.º. 54, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1470/15, DATADO DE 12/10/2015 – PC N.º 43/07, DATADO DE 18/01/2007 – GUILHERMINO SILVA OLIVEIRA

710 - Presente processo referente ao pedido de **licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros**, a que foi atribuído o número de processo 806/05, incidente sobre um prédio sito no Lote 15, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 15.865 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.222, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **GUILHERMINO DA SILVA OLIVEIRA**, com o NIF 169852644, com morada na Rua Álvaro Cunhal, n.º. 54, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 26/07/2007.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento n.º 1470/15, datado de 12/10/2015. Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de licença de construção n.º 168/09, emitido em 08/01/2010, cuja validade terminou em 28/12/2012, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 23/10/2015.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, em virtude das obras de construção de moradia unifamiliar e muros, a que foi atribuído o número de processo 43/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 15, Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo da Marinha Grande sob o n.º 15.865 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.222, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Guilhermino da Silva Oliveira, com o NIF 169852644, com morada na Rua Álvaro Cunhal, n.º. 54, freguesia e concelho de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, atendendo à atual conjuntura económica, ao interesse manifestado pelo requerente na conclusão da obra e posterior utilização do edifício, e ao impacte urbanístico negativo que um prédio inacabado/desocupado apresenta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - E/7472/2015 : SOLICITA ANÁLISE À FRAÇÃO SITA NA RUA ANÍBAL H. ABRANTES Nº 15 - CASAL DE MALTA POR QUESTÕES DE SEGURANÇA E DE HABITABILIDADE E SALUBRIDADE – COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DA VISTORIA

711 - Presente requerimento registado sob o n.º E/7472/2015, datado de 18/09/2015, apresentado por **CARLOS ALBERTO BARROS**, residente em Rua da Embra, n.º 2, Casa 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria à fração correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Rua Aníbal H. Abrantes, n.º 15, lugar de Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, face à existência de infiltrações nas paredes da dita fração, de modo a que possam ser aferidas as condições de segurança, higiene e salubridade.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 01/10/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e posteriores alterações, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas. Presente Auto de Vistoria datado de 15/10/2015, referente à vistoria realizada em 14/10/2015, a enquadrar o estado em que se encontra a fração correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Rua Aníbal H. Abrantes, n.º 15, lugar de Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Após análise do processo e do auto de vistoria e,

- Considerando que a Comissão de Vistorias verificou a existência de sinais evidentes de infiltrações de água ao nível dos tetos e das paredes nos compartimentos dos dois quartos da fração vistoriada, localizados junto à empena sul do prédio, situação que se reflete na deterioração dos seus revestimentos, com como o aparecimento de salitre que contribui para a degradação dos rebocos das paredes e tetos;
- Considerando que a Comissão de Vistorias entende que os problemas de infiltrações verificadas nos compartimentos da fração vistoriada poderão ter origem em eventuais anomalias que possam ter existido ao nível da cobertura e empena sul do prédio;
- Considerando que a Comissão de Vistorias constatou que foram realizadas recentemente obras ao nível da cobertura e da empena sul do prédio, através da substituição de telhas degradadas, da aplicação de telas de impermeabilização junto das platibandas/algerozes, bem como a decapagem e pintura da empena sul do prédio, que poderão contribuir para atenuar ou mesmo eliminar parte das infiltrações existentes;
- Considerando que a Comissão de Vistorias entende que as anomalias detetadas poderão, também, ter origem uma eventual rotura que possa existir ao nível da rede de água da fração do piso superior, não sendo esta situação passível de ser detetada, em virtude da fração se encontrar desabitada há cerca de dois anos, só sendo possível verificar a existência de uma anomalia logo que a fração seja dotada do respetivo contador de água;
- Considerando que a Comissão de Vistoria entende que a fração vistoriada encontra-se, na sua generalidade, em más condições de higiene e salubridade, face à presença de humidades no seu interior, que dão origem a más condições de habitabilidade, e que a situação é suscetível de violação do disposto no artigo 89.º do RJUE;

A Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09 NOTIFICAR o sr. CARLOS ALBERTO BARROS, residente em Rua da Embra, n.º 2, Casa 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, proprietário da fração correspondente ao segundo andar direito do imóvel sito na Rua Aníbal H. Abrantes, n.º 15, lugar de Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prazo de 30 dias, promover a execução das obras necessárias à reparação dos tetos, paredes e pavimentos dos compartimentos que se apresentam deteriorados.

Após a realização dessas obras, o proprietário da fração deverá proceder à monitorização da situação, sendo que, caso verifique a recorrência das infiltrações, poderá solicitar a realização de nova vistoria.

Mais delibera informar a Administração do Condomínio, a sociedade MMC – Administração de Condomínios, Lda., do teor do Auto de Vistoria e da notificação promovida ao proprietário da mencionada fração.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1324/15, DATADO DE 17/09/2015 – PC N.º 305/2015, DATADO DE 14/08/2015 – AES MANUFACTURING, LDA

712 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1324/15, datado de 17-09-2015, de **AES MANUFACTURING, LDA**, com NIPC 505668831 e sede na Rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar, em aditamento à deliberação tomada em 18-09-2015, a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na futura ampliação das suas instalações industriais destinadas à indústria de moldes, em mais 58 m2, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade **AES Manufacturing, Lda**, com o NIPC 5025668831, com sede na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou, em aditamento à deliberação tomada em 18-09-2015, um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal na ampliação, em mais 58 m2, do seu estabelecimento industrial, sito naquela morada.

Considerando que:

- Na sua reunião de 18-09-2015, a Câmara Municipal deliberou submeter à Assembleia Municipal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, uma proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações do estabelecimento industrial sito na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade da **AES Manufacturing, Lda**, com o NIPC 505668821 e sede na mesma morada;
- Esse estabelecimento apresenta uma área de construção licenciada para armazém com 519,00 m2 e uma área não licenciada, com 105,00 m2, situada entre a edificação inicial e o limite tardoz do terreno em que se encontra implantado, e viola o n.º 1 do artigo 11.º, aplicável por força do n.º 7 do artigo 15.º, ambos do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- Por requerimento, com registo de entrada n.º 1324/15 de 17-09-2015, a interessada veio solicitar, em aditamento à deliberação de 18-09-2015, a emissão de uma nova deliberação de reconhecimento do interesse público municipal, na ampliação em mais 58 m2, do dito

estabelecimento, para instalação de duas máquinas novas, de modo a fazer face a exigências tecnológicas;

- A ampliação em causa, para além de violar, como já referido, o disposto no n.º 1 do artigo 11.º, aplicável por força do n.º 7 do artigo 15.º, ambos do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, viola, também, a alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo 11.º, por a interessada pretender que a ampliação venha a situar-se junto às extremas lateral esquerda e posterior, quando a norma em apreço refere que o afastamento mínimo dos edifícios aos limites da parcela é de 15 m;

- As razões que levaram esta Câmara Municipal a reconhecer, em 18-09-2015, o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial, são igualmente válidas para a ampliação que a interessada pretende executar, na medida em que, no seu conjunto, as instalações contribuem para o desenvolvimento da economia local;

Face ao circunstancialismo descrito a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal da ampliação acima descrita, referente às instalações do estabelecimento industrial sito na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade da AES MANUFACTURING, LDA, com o NIPC 505668821, com sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) É um aditamento ao processo anterior para ampliar as instalações em mais 58 m2. Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante às extremas”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com quase quinze anos e 15 trabalhadores, que factura quase 1M€, na produção de moldes para exportação por via directa ou indirecta, com as outras que aqui analisámos.*

d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

18 - REQ. N. 1320/15, DATADO DE 16/09/2015 – PC N.º 295/2015, DATADO DE 11/08/2015 – RTJ PLÁSTICOS, S.A.

713 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1112/15 de 11-08-2015 e n.º 1320/15, de 16-09-2015, da sociedade **RTJ PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 502626704, e sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, RTJ Plásticos, S.A., apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento, sito na Rua da Indústria Metalúrgica, em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **RTJ Plásticos S.A.** com o NIPC 502626704, com sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, na Rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, da mesma freguesia e concelho, destinado à fabricação de artigos em plástico e experimentação de moldes;
- Esse estabelecimento apresenta uma área de implantação e uma área total de construção de 1.664,00 m², sendo que 302,00 m² correspondem a uma ampliação efetuada sem qualquer licenciamento por parte desta Câmara Municipal;
- Esta ampliação destinou-se ao armazenamento e tratamento de resíduos de plástico, estacionamento automóvel e armazenamento de resíduos de óleo, na extrema posterior do logradouro;
- A interessada pretende, também, proceder à criação de um novo espaço com 226,00m², ao longo da extrema sul do terreno onde se situa a unidade industrial, destinado a armazenagem;
- A ampliação já executada viola a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM), por não existir qualquer afastamento entre ela e as extremas posterior e lateral da parcela de terreno, quando deveria ter respeitado as distâncias, às mencionadas extremas, respetivamente de 10 m e 3 m;
- O mesmo acontece com a futura ampliação, que ao não acautelar a referida distância de 3 m, infringe a já citada alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do RPDM;
- A construção do edifício onde, atualmente, a interessada desenvolve a sua atividade, é o resultado do seu desenvolvimento, e da necessidade, que começou a sentir, de instalar máquinas de injeção de matérias plásticas, com vista à experimentação de moldes, evitando, desta forma, o recurso a outras empresas que se dedicam a essa atividade;
- Nos dois últimos anos, 2013 e 2014, o volume de faturação ascendeu a 767.663,45 euros e 675.645,39 euros, respetivamente;
- De acordo com a interessada o investimento no equipamento e a criação de postos de trabalho traduziu-se num aumento da faturação;
- A empresa tem ao seu serviço 10 trabalhadores;
- A interessada alega, em desfavor da deslocalização da empresa, o facto de a mesma estar próxima de outras empresas do grupo que fabricam os moldes, o que evita custos acrescidos com a logística e favorece o encurtamento de prazos de entrega, circunstância relevante no setor automóvel para o qual trabalha;
- Foram contabilizados, pela interessada, custos de uma eventual deslocalização no montante de 918.350,00 euros;
- A ampliação destinou-se a criar condições adequadas de trabalho, nomeadamente evitar que a moagem dos resíduos de plásticos ocorresse no mesmo espaço da fabricação;
- A empresa é geradora de postos de trabalho;

- O crescimento das empresas e a sua adaptação a novos métodos e condições de trabalho não se compadece com os limites impostos por espaços que não foram projetados para o efeito;
- As empresas que laboram no concelho constituem o motor do seu desenvolvimento, não só porque são uma referência, no caso da indústria dos moldes, a nível nacional, como também, ao criarem e ao manterem postos de trabalho, propiciam a fixação da população no território;

A Câmara Municipal delibera, por todo o circunstancialismo descrito, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento, sito na rua da Indústria Metalúrgica, em Cumeiras, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de RTJ PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 502626704 e sede no mesmo lugar, freguesia e concelho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao limite das extremas”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 10 trabalhadores, que factura 670.000,00 €, em experimentação de moldes, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

19 - REQ. N. 1366/15, DATADO DE 24/09/2015 – PC N.º 395/2015, DATADO DE 24/09/2015 – PROMOPLÁS – PROMOÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS, LDA.

714 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1366/15, datado de 24-09-2015, apresentado por **PROMOPLÁS – PROMOÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS, LDA.**, com o NIPC 501228691 e sede na Zona Industrial da Marinha Grande, lote n.º 20, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade Promoplás—Promoções e Transformação de Matérias Plásticas, Lda, com sede no lote n.º 20 da Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento industrial, sito na mesma morada, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade Promoplás, Promoções e Transformação de Matérias Plásticas, Lda, com o NIPC 501228691 e sede no lote n.º 20 da Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande possui um estabelecimento industrial na mesma morada, que se destina à fabricação de artigos de plástico;
- Para o local encontra-se em vigor o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande (PPZIMG);
- A interessada pretende regularizar diversos telheiros e um armazém que já se encontram construídos, cujas áreas totalizam 542,0 m²;
- As instalações, do referido estabelecimento industrial, possuem um índice de ocupação de 0,63, superior ao 0,5 permitido; não existe qualquer afastamento entre elas e os limites lateral e posterior do lote, quando deveriam distar desses limites 7,50 m; a área impermeabilizada é de 94% da superfície do pavimento, quando não deveria ultrapassar os 65%; não existem faixas de proteção ajardinadas entre as edificações e entre elas e os limites do lote, pelo que são violadas, respetivamente, as alíneas a), d), e), g) e j), todas do artigo 2.º do Regulamento do PPZIM;
- A sociedade em causa iniciou a sua atividade em 1981, num pequeno barracão, com apenas uma máquina de injeção de plásticos;
- Com o decorrer dos anos, para além da atividade de experimentação de moldes, passou a produzir produtos plásticos, essencialmente para o mercado interno;
- Na atualidade a sua produção centra-se na fabricação de artigos de promoção publicitária e embalagens;
- A instalação da empresa na Zona Industrial da Marinha Grande correspondeu a um aumento exponencial na produção, fruto da exportação dos seus produtos para mercados estrangeiros;
- Atualmente esses mercados são constituídos por diversos países, tais como, a Espanha, França, Bélgica, Hungria, República Checa e Noruega (exportação direta) e Suécia e Canadá (exportação indireta);
- Possui em atividade 13 máquinas;
- A faturação foi, no ano de 2013, de 2. 934.721 euros e, no ano de 2014, ascendeu aos 2.936.698 euros;
- De acordo com a interessada a deslocalização da empresa traria custos elevados, na ordem de 1.901.450 euros;
- A unidade situa-se na Zona Industrial da Marinha Grande, local privilegiado, devidamente infraestruturado e apropriado para o desenvolvimento da sua atividade;
- No início da sua atividade a interessada tinha ao seu serviço apenas 2 trabalhadores, número que foi crescendo à medida que a empresa se foi desenvolvendo, sendo que, neste momento, laboram na referida unidade 20 trabalhadores;
- À semelhança de muitas outras empresas do concelho, que começaram a laborar com poucos meios técnicos e humanos, a interessada foi crescendo, procurando mercados estrangeiros para exportar, empregando mais trabalhadores, dando, assim, o seu contributo para o desenvolvimento e o enriquecimento da Marinha Grande.
- Estes fatores assumem especial relevância numa conjuntura nacional economicamente débil, pelo que a regularização das ditas instalações assume um relevante interesse público municipal;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações do estabelecimento industrial sito na Zona Industrial da Marinha Grande, lote n.º 20, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de PROMOPLÁS – PROMOÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS, LDA, com o NIPC 501228691 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “viola o PDM, em vários parâmetros entre os quais o índice de construção e as extremas”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com mais de 30 anos, com 20 trabalhadores, que factura quase 3M€, na fabricação de produtos plásticos, muitos deles para exportação, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma."

20 - REQ. N. 1365/15, DATADO DE 24/09/2015 – PC N.º 394/2015, DATADO DE 24/09/2015 – VIDRIMOLDE – INDÚSTRIA INTERNACIONAL DE MOLDES, LDA.

715 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1365/15, datado de 24-09-2015, em nome de **VIDRIMOLDE – INDÚSTRIA INTERNACIONAL DE MOLDES, LDA.**, com o NIPC 501 625 224, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, lote n.º 23, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, destinado ao fabrico e comercialização de moldes em aço e ferro fundido para a indústria vidreira, sito naquela mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **Vidrimolde – Indústria Internacional de Moldes Lda**, com o NIPC 501 625 224, com sede Zona Industrial da Marinha Grande, lote n.º 23, Casal da Lebre freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na ampliação do seu estabelecimento industrial destinado ao fabrico e comercialização de moldes em aço e ferro fundido para a indústria vidreira, sito naquela mesma morada.

Considerando que:

- A sociedade **Vidrimolde – Indústria Internacional de Moldes, Lda**, com sede na Zona Industrial, Lote n.º 23, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento

industrial na mesma morada, que se destina ao fabrico de moldes em aço e ferro fundido para a indústria vidreira;

- A interessada construiu, naquele local, um telheiro com 85,00 m², destinado a abrigar veículos, que quer regularizar, e pretende ampliar as suas instalações industriais em mais 563,00 m²;

- Para o local encontra-se em vigor o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande (PPZIMG);

- O estabelecimento industrial e respetivas alterações violam o disposto nas alíneas a), d), e), g) e j) do artigo 2.º do PPZIMG, por, respetivamente possuírem um índice de ocupação de 0,53, quando o mesmo deveria ser de 0,5; não existir qualquer afastamento entre as construções e os limites laterais e posterior do lote, quando deveria existir, uma distância entre umas e outros, no mínimo, de 7,50 m; a área impermeabilizada ser de 75% da área total do lote, quando não deveria ultrapassar os 65%; não estar contemplada a existência de faixas de proteção ajardinadas entre as edificações e entre estas e os limites do lote, como exige o regulamento em apreço;

- Iniciou a sua atividade em 1985, com 8 trabalhadores e tem hoje, ao seu serviço 47 trabalhadores, sendo, na sua maioria, altamente especializados;

- Ao longo dos anos a empresa procedeu a diversas alterações de ordem técnica e tecnológica;

- A ampliação destina-se a albergar matéria-prima (blocos em ferro fundido) de modo a evitar o seu furto, por se encontrar armazenada no logradouro posterior, em parque vedado por rede;

- Em 2013 a sua faturação ascendeu aos 3.382.121,00 euros e no ano de 2014 atingiu os 3.486.874,00 euros;

- A deslocalização da empresa, para além de trazer constrangimentos vários, nomeadamente o distanciamento da unidade industrial do centro de gestão de resíduos que se encontra implantado no lote n.º 12, da Zona Industrial da Marinha Grande, e perda de clientes resultante da suspensão de laboração durante o tempo necessário para o efeito, implicaria custos elevados, estimados, segundo a interessada, em 1.918.200 euros;

- Tal como acontece com a maior parte das empresas que, à medida que vão crescendo, o seu espaço começa a escassear e a não responder às suas necessidades, a interessada precisa de criar condições para albergar veículos e abrigar matéria-prima;

- O crescimento da empresa é visível através do aumento do número de trabalhadores;

- Num período em que se aposta na indústria para recuperar a economia nacional, a criação de condições logísticas por parte das empresas deve ser tida em conta, pois são elas, como é o caso da interessada, que movimentam a economia, garantem emprego e consequentemente o bem-estar social;

Todas essas circunstâncias são manifestamente de interesse público municipal, pelo que a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal nas referidas ampliações do estabelecimento industrial, sito na Zona Industrial da Marinha Grande, lote n.º 23,

freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de Vidrimolde – Indústria Internacional de Moldes, Lda, com o NIPC 501625224 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, em vários parâmetros entre os quais o índice de construção e as estremas”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com mais de 30 anos, com 47 trabalhadores, que factura quase 3,5M€, na fabricação de moldes para a indústria vidreira, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

21 - BOLLINGAUS STEEL, S.A. - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – CUMPRIMENTO DE CLÁUSULA DE CONTRATO

716 - Presente comunicação, com registo de entrada n.º 1392/15, datado de 29-09-2015, apresentado por Bollinghaus Steel, S.A., com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, a informar do cumprimento da cláusula vertida no contrato celebrado com a Câmara Municipal, ao abrigo do Programa de Apoio ao Investimento Industrial, que a obrigava a criar 20 postos de trabalho nas suas novas instalações industriais.

Considerando que:

- Em 01-08-2014, foi celebrado entre esta Câmara Municipal e a sociedade Bollinghaus Steel, SA, com o NIPC 503752533, e sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, o contrato de apoio ao investimento industrial com o n.º 65/2014;

- De acordo com as alíneas a) e c) do n.º 1 da cláusula 3.ª do mencionado contrato, a sociedade em causa ficou obrigada a criar 20 postos de trabalho, nas instalações objeto do processo de licenciamento com o n.º 235/14 de que é titular, e a apresentar, no prazo de um mês, a contar da data do início efetivo da laboração da unidade industrial, uma declaração emitida pelos serviços da Segurança Social a atestar o cumprimento dessa obrigação;

- De acordo com documento, datado de 21-09-2015, do Instituto da Segurança Social, IP (Centro Distrital de Leiria), no mês de setembro do corrente ano encontravam-se inscritos, na Segurança Social, 218 trabalhadores daquela empresa;

- No documento emitido por aquela entidade em maio de 2014, que a interessada juntou aquando do seu pedido de apoio ao investimento industrial, estavam apenas inscritos 168 trabalhadores;

- Confrontados esses dois documentos verifica-se que foram criados 50 postos de trabalho, mais do que os 20 a que a sociedade em causa estava contratualmente obrigada;

- O alvará de autorização com o n.º 50/15, em nome da interessada, para o edifício industrial sito na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, foi emitido em 01-09-2015 data que se presume, de acordo com o n.º 2 da cláusula 3.ª do referido contrato, como de início de laboração da referida unidade industrial;

- Tanto o início da laboração, como a apresentação do documento emitido pela Segurança Social ocorreram no mesmo mês (setembro de 2015), cumprindo-se assim a alínea c) do n.º 1 e o n.º 2 da cláusula terceira;

A Câmara Municipal delibera considerar cumprida a obrigação estipulada na alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª do contrato n.º 65/2014 celebrado, em 01-08-2014, no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento Industrial, entre a Câmara Municipal e a sociedade

Bollinghaus Steel, S.A., com o NIPC 503752533, e sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, por ter ficado comprovado que, no mês de setembro do corrente ano, a sociedade tinha ao seu serviço 218 trabalhadores, ou seja, mais 50 do que aqueles que constavam da declaração da Segurança Social, datada de maio de 2014, que acompanhou o pedido de concessão do benefício de isenção de taxas, concedido ao abrigo do mencionado Programa.

Mais delibera notificar a interessada para que apresente, no mês de abril de 2016, nova declaração da Segurança Social a comprovar que, nessa data, os 20 postos de trabalho a que estava obrigada a criar se mantêm, dando assim cumprimento ao n.º 1 da cláusula 6.ª do contrato em apreço.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 821/15, DATADO DE 09/06/2015 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ÂNGELA RODNITCHI

717 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 721/15, de 22-05-2015, em nome de ÂNGELA RODNITCHI, com o NIF 256003661, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a isenção do pagamento das taxas urbanísticas, devidas no âmbito do processo de legalização e ampliação de edifícios, com o n.º 157/2014, em virtude de não possuir meios económicos para o efeito.

Presente requerimento com o registo de entrada n.º 821/15, datado de 09-06-2015, através do qual entregou elementos probatórios da sua situação.

Presente parecer jurídico sobre o assunto, datado de 06-10-2015.

A Câmara Municipal, após análise dos requerimentos acima identificados, bem como do referido parecer jurídico, datado de 06-10-2015, delibera NOTIFICAR Ângela Rodnitchi, com o NIF 256003661, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, para se pronunciar, nos termos do artigo 121.º e 122.º do CPA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da notificação da presente deliberação, sobre a intenção de indeferir o seu pedido de isenção do pagamento das taxas devidas, com registo de entrada n.º 821/15, datado de 09-06-2015, respeitante ao processo de “legalização da alteração e ampliação de edifícios existentes”, com o n.º 157/2014, de que é titular, com os seguintes fundamentos:

- Dos motivos apresentados pela interessada, para justificação da sua situação de dificuldades económicas, apenas ficou provado que auferiu um salário de 202,70 euros no mês de maio do corrente ano, claramente abaixo do salário mínimo nacional que é de 505,00 euros;

- Não ficou provado, por não ter sido apresentada documentação para o efeito, que a empresa, onde o seu marido trabalha, vai encerrar ou que o mesmo se encontra

desempregado, como também não ficou comprovado que o seu agregado familiar aumentou ou vai aumentar;

- O atestado da Junta de Freguesia da Marinha Grande, assinado pela sua Presidente, que qualificou a situação da interessada como sendo de carência económica, não identifica a deliberação tomada por essa Junta, órgão competente para passar esse tipo de documento, como também nada refere quanto à delegação dessa competência na respetiva Presidente, caso tenha efetivamente existido – Cfr. alínea rr) do n.º 1 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 17.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- A emissão do atestado nessas condições ou seja, por quem não estava legalmente habilitado para o fazer, retira força probatória ao mesmo, pelo que não pode ser considerado para avaliar o estado económico da requerente;

- A interessada e o seu marido adquiriram, no dia 15-01-2015, os prédios urbanos, onde serão executadas as obras ao abrigo do alvará de construção, cuja emissão está dependente do pagamento das taxas de que a mesma pretende ser isentada;

- De acordo com escritura pública de compra e venda a aquisição dos referidos imóveis ascendeu a 37.000,00 euros, por seu turno a estimativa do custo da obra é, de acordo com declaração do autor do projeto de arquitetura, de 8.030,00 euros – Cfr. documentação respetiva no processo de legalização das construções existentes naqueles prédios, com o n.º 157/2014;

- Os montantes em apreço não permitem qualificar a situação da interessada como sendo de carência ou insuficiência económica;

- A despesa correspondente ao valor das taxas – 1.052,42 euros (mil e cinquenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos) - não constitui uma circunstância imprevisível que a interessada desconhecasse, pois ao tomar conhecimento da necessidade de licenciar as obras a realizar, deveria ter-se informado dos seus custos e consequentemente tomar as providências adequadas para se munir do valor em causa, de modo a fazer face a essa despesa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 299 DE 01/04/2004, NOMEADAMENTE NO QUE REFERE AO TRAÇADO DO ARRUAMENTO RUA FILARMÓNICA RECREATIVA AMIEIRINHENSE

718 - Presente pedido de atribuição de número de polícia, apresentado a coberto do requerimento n.º 1474/15, datado de 13/10/2015, para o prédio cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário a que foi atribuído o número 116/09.

Presente parecer dos serviços, datado de 13/10/2015, sobre o assunto.

Considerando que:

- Na deliberação nº 299 de 01/04/2004, foram aprovados vários nomes de ruas em Casal de Malta, incluindo o topónimo **RUA FILARMÓNICA RECREATIVA AMIEIRINHENSE**.

- Na ata da reunião supracitada, é feita referência à localização e traçado do arruamento em questão como sendo a rua que *“liga com a Rua do Corgo Sul”*.
- Na configuração do traçado deste arruamento não foi considerada a rotunda existente a poente;
- O prédio para o qual é solicitado o número de polícia situa-se num pequeno troço entre a rotunda existente a poente da Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense e a Estrada do Guilherme, que não tem denominação;
- De acordo com o teor do parecer técnico que sobre o pedido recaiu, conforme planta de localização anexa ao mesmo, é proposto que o referido arruamento inclua a referida rotunda, iniciando-se na Rua do Corgo Sul e terminando na Estrada do Guilherme;

Assim, para que a Câmara possa futuramente certificar o que se encontra no local, a Divisão de Ordenamento do Território propõe a seguinte alteração do traçado do arruamento constante na planta de localização que se dá por reproduzida e se anexa à presente ata:

1. **Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense (Comeira)** – tem início na Rua do Corgo sul e termina na Estrada do Guilherme.

A Câmara, no uso da competência prevista na alínea ss) do nº 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, delibera, concordando com a proposta apresentada pela Divisão de Ordenamento do Território, alterar o traçado do seguinte arruamento constante da planta de localização que se dá por reproduzida e se anexa à presente ata (Anexo 3):

1. **Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense (Comeira)** – tem início na Rua do Corgo sul e termina na Estrada do Guilherme.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência desta deliberação, o **Sr. Presidente** informou que a legislação sobre a criação da Comissão de Toponímia foi alterada, pelo que já pediu à DOT informação de modo a agilizar as situações pendentes.

24 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

719 - A Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Noite da Castanha – S. Martinho a realizar no dia 14 de novembro de 2015;
- Licença de publicidade alusiva ao evento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para Prova de BTT a realizar no dia 6 de dezembro de 2015.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização das Tasquinhas 2015 nos dias 29, 30, 31 de outubro de 2015;
- Licença especial de ruído para realização da Gala do grupo de carnaval M8Tix a realizar no dia 14 de novembro de 2015.

Presentes informações nºs 74/AF, 75/AF e 76/AF, de 26 de outubro de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às actividades identificadas, isentar a Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio, a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro e o Clube Desportivo Moitense do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

720 - Considerando que em 22 de outubro de 2015, o Exmo. Sr. Vereador Aurélio Ferreira apresentou uma proposta de deliberação de reposição do horário do mercado municipal, que a seguir se transcreve:

“Ex.mo Sr. Presidente,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Na última reunião de Câmara de 15 de Outubro abordei a problemática do actual horário de funcionamento do mercado.

Esta alteração, cujos fundamentos administrativos, legais e políticos se desconhecem, trouxe transtornos à vida dos cidadãos.

O actual horário constitui uma limitação para os vendedores que, para além de não terem tanto tempo disponível para a preparação e arrumação do espaço para venda, se vêem limitados no tempo útil disponível para o negócio.

Os cidadãos estão limitados no acesso ao Mercado, tanto no número de horas disponível, como no horário desajustado ao seu quotidiano.

Considerando o impacto negativo desta alteração do horário, a importância do Mercado na dinâmica da cidade, o impacto que tem na economia local, o valor cultural e social que lhe está associado, propomos que o horário anterior seja reposto.

Pensamos que esta proposta não implicará grandes transtornos à Câmara Municipal, dado que os trabalhadores destacados para acompanhamento da dinâmica do mercado cumprem o horário estabelecido anteriormente e não aquele que se encontra em vigor.

Mais proponho que o novo horário seja publicitado através de edital, nos meios de comunicação locais e demais modos de comunicação.

Na nossa perspectiva esta proposta é a que melhor corresponde às necessidades dos vendedores e dos cidadãos que usufruem deste equipamento."

Considerando os factos e fundamentos da informação constante da I/1456/2015, de 26 de outubro de 2015, apresentada pela Chefe da DAM, que se anexa (**Anexo 1**).

Considerando que o Acordo de Execução celebrado entre o Município e a Freguesia da Marinha Grande, não prevê na concretização das competências delegadas pela lei, qualquer matéria referente à gestão e manutenção corrente de mercados e feiras, nos termos do estatuído no artigo 132.º, n.º 1 alínea d) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permanecendo a execução destas competências da inteira responsabilidade do Município.

Pelo exposto, a Câmara Municipal delibera que o horário do mercado municipal da Marinha Grande passe a ser o seguinte:

- aos sábados, das 06:00 horas às 14:30 horas;
- nos restantes dias, das 07:00 horas às 13:00 horas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - TARIFA DE LIGAÇÃO DA REDE PREDIAL À REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO.

Sobre este assunto registaram-se algumas intervenções.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“O Grupo Vangest executou a rede viária, rede de abastecimento de água e os ramais de saneamento, substituindo-se à Câmara, para as empresas do grupo pudessem ter estas infraestruturas, mas também quaisquer outras empresas podem usufruir. Pagaram 156.755,40€ para executar os ramais e tiveram de fazer garantias bancárias. O Grupo Vangest acordou com a Câmara que assumia todos os custos da execução da obra e em contrapartida ficaria isenta de todos os custos de taxas de ligação. Depois dos ramais prontos, a empresa pede a referida ligação e a Câmara em resposta notifica o munícipe a pagar € 14.522,51 para efetuar as ligações da rede predial à rede pública. Obviamente que houve uma reclamação da notificação para este pagamento, dizendo a empresa que de certeza que se trata de um erro. Queremos as empresas no nosso concelho, mas são elas que têm de fazer os seus ramais de saneamento, para que a Câmara possa posteriormente usufruir desses trabalhos feitos por um particular. E depois do particular fazer os ramais embora tenhamos acordado fazer as ligações sem custos, ainda pretendemos que este pague as ligações à rede pública. É a falta de diplomacia deste executivo permanente.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu, relativamente à demora na resposta aos requerentes, que faz uma avaliação satisfatória do trabalho dos técnicos, mas o escrutínio público é cada vez maior. O relacionamento com os munícipes tem que ser uma preocupação, e isso faz-se com uma definição clara por parte do executivo sobre aquilo que espera dos funcionários, e também com formação adequada.

O Sr. Presidente disse que entende esta observação como uma recomendação.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

721 - 1 - Em 10 de abril de 2015, Vangest – Engenharia Financeira e Gestão, Lda., veio requerer a ligação à rede pública de drenagem de águas residuais, através do requerimento com registo de entrada E/3163/2015, para sete frações respeitantes a três unidades industriais e quatro escritórios, no prédio situado na Rua de Leiria, n.º 210, Marinha Grande, titulado pelo alvará de utilização n.º 174/2001, emitida em 05 de julho de 2001, respeitante ao processo n.º 113/97;

2 - Em 10 de abril de 2015, MP TOOL – Engenharia e Produção de Moldes, Lda. veio requerer a ligação à rede pública de saneamento de água residuais do prédio sito em Estrada de Leiria, n.º 210, Marinha Grande, licenciado no âmbito do processo n.º 106/2008, tendo sido emitido o alvará de construção n.º 223/2008, em 22 de outubro de 2008, para o edifício destinado a indústria e escritórios.

3 - Através do requerimento com registo de entrada E/3158/2015, de 20 de abril de 2015, Moliporex – Moldes Portugueses Importação e Exportação, S.A. veio requerer a ligação à rede pública de drenagem de águas residuais, do edifício destinado a escritórios e armazém, no prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 212, Embra, Marinha Grande.

4 - A requerente 3 DTECH - Produção, Optimização e Reengenharia, Lda., veio requerer a ligação do ramal domiciliário à rede predial de esgotos das duas frações do prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 210, Embra, Marinha Grande.

Compulsados os antecedentes do licenciamento das operações urbanísticas é possível apurar o seguinte:

- Através do processo de obras n.º 106/08, com alvará de construção n.º 223/08, de 22/10/2008, MP Tool – Engenharia e Produção de Moldes, Lda. solicitou o licenciamento da construção de edifício de escritórios e naves industriais, no prédio sito em Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande.
- No âmbito da operação urbanística, a requerente assumiu os encargos com a realização das obras de urbanização a seguir identificadas, no valor estimado de:
 - Rede viária (Cruzamento com a Rua da Indústria Metalúrgica, sem designação toponímica): 84.684,00€;
 - Rede de abastecimento de água: 7.521,00€;
 - Rede de drenagem de águas residuais: 64.550,00€.
- Ou seja, as obras de urbanização realizadas perfizeram um valor total de 156.755,40€, tendo a requerente prestado a garantia bancária no valor indicado.

Relativamente à ligação do sistema público ao predial, importa informar que nos termos do artigo 5.º do Regulamento de Tarifas de Drenagem de Águas Residuais e de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho da Marinha Grande, a execução do ramal, incluindo a ligação do sistema público ao predial está sujeita às seguintes tarifas:

- a) A tarifa de ligação da rede predial à rede pública, por fração:
 - Fixa: 243,48€;
 - Variável: 2,04€/m² para áreas superiores a 120m²
- b) A tarifa de ligação do ramal:
 - Fixa: 649,29€;
 - Variável: 135,26€/metro.

Nos termos do n.º 5 do citado artigo, a realização das obras de urbanização que incluam a execução do ramal de ligação implicam a não sujeição à tarifa correspondente ao ramal de ligação, aplicando-se somente as tarifas respeitantes à ligação da rede predial à rede pública.

Para efeitos de apuramento das tarifas respeitantes aos ramais de ligação, os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos elaboraram os respetivos orçamentos, tendo sido apuradas as seguintes tarifas:

- Moliporex – Moldes Portugueses Importação e Exportação, S.A.: 1.460, 90€
- Vangest – Engenharia Financeira e Gestão, Lda.: 6.059,76€
- MP TOOL – Engenharia e Produção de Moldes, Lda.: 1.587,73€
- 3 DTECH - Produção, Optimização e Reengenharia, Lda.: 5.414,12€

Na sequência da notificação para liquidação dos valores, as requerentes apresentaram uma reclamação do valor das tarifas, alegando que a construção foi totalmente suportada pelo Grupo, e que, em contrapartida, estes beneficiariam da isenção da totalidade das taxas e custos associados à ligação dos ramais.

Assim, considerando que:

- a) As obras de urbanização respeitantes à edificação da rede viária, da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais foram suportadas pelos requerentes;
- b) Pela execução das mesmas, as requerentes suportaram um custo aproximado de 156.755,40€;
- c) As infraestruturas são passíveis de serem utilizadas por terceiros.

A Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do Concelho da Marinha Grande, isentar as requerentes Moliporex – Moldes Portugueses Importação e Exportação, S.A., Vangest – Engenharia Financeira e Gestão, Lda., MP TOOL – Engenharia e Produção de Moldes, Lda. e 3 DTECH - Produção, Optimização e Reengenharia, Lda., das tarifas de ligação do ramal previstas no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento de Tarifas de Drenagem de Águas Residuais e de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

722 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.

- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA” PARA OS ANOS 2016 E 2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

723 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de

31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;

- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação I/1431/2015 e requisição interna 18279, da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de Serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”* para os anos 2016 e 2017, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 26/10/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016 e 2017 para a contratação da *“Prestação de Serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*, na classificação orgânica/económica 03/020224, nas ações do PAM 2014/A/30 e 2015/A/31, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 86.160 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”* para os anos 2016 e 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “CINCO SESSÕES DUPLAS DE ESPETÁCULOS DE MÚSICA PARA BEBÉS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS” NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2016, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Sobre este assunto registaram-se algumas intervenções.

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu que vai votar contra porque, em primeiro lugar, é um ajuste direto. Em segundo lugar, e não obstante tratar-se de uma pessoa de reconhecidos méritos e a sua interação com a Câmara, acha excessivo o valor por espetáculo. Trata-se de um espetáculo que se repete e que já está montado, e é talvez o mais caro da Casa da Cultura. Há uma desproporção incrível entre ao valor do que se dá a todas as nossas coletividades, que representa 0,5% do orçamento municipal, e que prestam um valor imenso à comunidade. É ofensivo.

Em terceiro lugar, serviços desta natureza, planeados a tempo, permitiriam lançar o repto às nossas coletividades, para que desenvolvessem um espetáculo digno, mais barato, e que seria um fator reprodutivo, uma vez que aquilo que se lhe dá fica no concelho.

Trata-se de um valor lesa concelho, por isso vota contra.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira informou que o planeamento de espetáculos estava feito até ao final do ano, uma vez que é feito a 3 meses, e este já estava contratado. Também se questionou sobre o valor, mas foi-lhe explicado que são 10 espetáculos, 2 por

dia, o que baixa o valor mencionado por espetáculo. Informou que se vai adotar uma política de colaboração com as coletividades, designadamente com o grupo de teatro do SOM. Terá em atenção esta recomendação do Sr. Vereador Carlos Logrado, porque é também esta a sua ideia.

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse que também lhe parece que cada espetáculo destes, por 1.000€ cada, é muito caro. Entende que os artistas têm que ser pagos e não pretende pôr em causa a empresa, mas é muito caro.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse que reconhece que o maestro tem muita competência e que o espetáculo é muito interessante. Sabe que também têm replicado o espetáculo de bebés para crianças, e que são muito bons, mas a verdade é que a qualidade se paga.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

724 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 17958/2015 e informação I/72/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação de *“Cinco sessões duplas de espetáculos de música para bebés a realizar na Casa da Cultura Teatro Stephens”* no período de janeiro a junho de 2016, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 05/10/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa Musicalmente, Unipessoal, LDA, NIPC 507 921 135 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016, para a contratação de *“Cinco sessões duplas de espetáculos de música para bebés a realizar na Casa da Cultura Teatro Stephens”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, na ação do PAM 2015/A/163, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 10.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que estes serviços não estão sujeitos a redução remuneratória preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir termo de comparação com contrato vigente em 2014 e nesse ano não ter sido celebrado qualquer contrato com a contraparte proposta a convite e por em 2015 não ter sido celebrado qualquer contrato com a contraparte a convidar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Cinco sessões duplas de espetáculos de música para bebés a realizar na Casa da Cultura Teatro Stephens”* no período de janeiro a junho de 2016.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado.

**30 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O
“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DE MARINHA GRANDE”**

725 - Presente a informação SS.31.2015 e requisição interna 14610, ambas da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização do fornecimento de energia eléctrica, para o período previsto de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2016.

Presente igualmente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”*, é de 1.294.443,20 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objecto do contrato a celebrar e que atento o preço base apurado o procedimento a adotar é o concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2016 e 2017 para o *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”*, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, ações do PAM 2014/A/3, 2014/A/4, 2014/A/9, 2014/A/10 e 2014/A/156.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 26/10/2015, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o *“Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e de acordo com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público com publicidade internacional, com vista à aquisição do fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande, conforme proposta dos serviços;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos;

e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:

- Miguel Crespo, Presidente;
- Susana Silva, Vogal;
- Telmo Faria Vogal;
- Luciana Esteves, Vogal Suplente;
- Sara Coelho, Vogal Suplente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS - apresentada pela CDU em reunião ordinária de Câmara Municipal de 29 de Outubro de 2015

726 – A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho apresentou a seguinte Moção:

“- Considerando que a decisão de construir um Centro Escolar foi tomada sem que fossem ouvidas as Associações de Pais, o Conselho Geral e a Direcção do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente;

- Considerando que, nomeadamente, o Conselho Geral do Agrupamento Marinha Grande Nascente, manifestou, e passamos a citar “a sua total e veemente discordância perante a decisão anunciada pela Câmara Municipal da Marinha Grande de avançar para a construção de um Centro Escolar com Jardim de Infância e 1º Ciclo (...) numa medida que implicará o encerramento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Picassin, Albergaria, Amieirinha, Pilado e Garcia e Pré-Escolar da Pedrulheira (...); Este Conselho Geral, sendo órgão máximo de gestão deste Agrupamento de Escolas, entende ter sido afastado de forma lamentável de uma decisão deveras importante para o futuro do mesmo” – fim de citação (Cf. JMG, 30.07.2015, p. 3);

- Considerando que as Associações de Pais lamentaram, publicamente, e citamos “que todo este processo esteja a ser feito à revelia da comunidade educativa” – fim de citação (Cf. JMG, 30.07.2015, p. 5).

- Considerando que as entidades supra referidas manifestaram-se, assim, de forma unânime, contra o encerramento de escolas no nosso Concelho;

- Considerando que as diversas associações de pais e encarregados de educação entregaram à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vice Presidente, uma petição contra o encerramento de escolas, que conta com 2614 assinaturas recolhidas, e onde os subscritores afirmam, entre outros factos que, e citamos, “consideram inaceitável a pretensão do Senhor Presidente da Câmara de encerrar algumas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância, para construção de um Centro Escolar (...) a decisão de encerramento (...) sem auscultação dos envolvidos e sem ter em conta as dinâmicas e necessidades específicas de cada caso, só poderá ser tomada ao arrepio da lei (...) é uma

opção política, de clara discriminação das crianças e das famílias que vivem e trabalham nas zonas em questão, violando claramente a Constituição da República Portuguesa, contribuindo para o isolamento das povoações” – fim de citação;

- Considerando, ainda, que nenhuma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico ou Jardim de Infância se encontra em risco de encerrar por falta de alunos no nosso Concelho;

A Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária de 29 de Outubro de 2015, decide:

- manifestar a sua solidariedade para com os alunos, pais, encarregados de educação, professores e restante população que poderão ser afectados com o encerramento de escolas;
- suspender o processo de construção do Centro Escolar, assim impedindo que as escolas das zonas limítrofes sejam encerradas em consequência da transferência das crianças para o Centro Escolar.
- iniciar, de imediato, um amplo debate sobre este assunto, quer com as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, quer com toda a comunidade escolar, com sessões públicas, a realizar nos diversos lugares pela Câmara Municipal da Marinha Grande.”

Após a leitura da Moção, o **Sr. Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram vontade de intervir.

Todos os Srs. Vereadores intervieram, e o sentido dessas intervenções é o que consta das declarações de voto proferidas após a votação da Moção.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs à votação a Moção, que foi rejeitada por maioria, com 5 votos contra e 2 votos a favor dos Srs. Vereadores da CDU.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“O MPM vota contra a Moção.

Relativamente a este processo dos “Centros escolares vs possível encerramentos de escolas” profiro as seguintes considerações.

1. *o ordenamento da rede escolar, a educação do concelho, a vida das famílias e o futuro educativo das crianças e jovens não pode, a qualquer título, ser utilizado como um processo ao cuidado de um qualquer partido que, de uma forma oblíqua, instrumentaliza as estruturas educativas e a comunidade educativa, sem que aborde efectivamente o papel que estava ao seu alcance naquilo que é o essencial e que não concretizou, a Carta Educativa.*

2. *não é possível falar-se de Centros Escolares e de decisões sobre este tipo de equipamentos educativos sem ter por base um instrumento fundamental, a Carta Educativa, isto é aquele que: a) orienta o sistema educativo num determinado território, em função do seu desenvolvimento socioeconómico e cultural; b) define prioridades em matéria educativa e formativa; c) integra o planeamento, o modelo de rentabilização de equipamentos e recursos, reordena a rede escolar; no fundo, o instrumento fundamental para um decisor com responsabilidade em matéria de educação num determinado território.*
3. *Falar-se de encerramento de escolas como apetrecho de uma correlação criada para tornar público que CE significa encerramento de escolas, escamoteando todo um processo que antecede à opção por este tipo de equipamentos é no mínimo redutor, sinónimo de uma visão limitada do problema. Os equipamentos educativos significam muito mais do que isso, a reorganização das famílias em função da vida dos seus filhos e a seriedade com que se exerce a cidadania política activa também é completamente distinta.*

Por esta reflexão que hoje partilho nos termos desta declaração de voto quero claramente expressar o seguinte: esta moção é extemporânea, surge antes do tempo, e aqui o tempo é a sequência de um trabalho lógico. Primeiro faz-se a Carta Educativa, integrando-a no trabalho do mais alargado que é o Plano Director Municipal, depois discutem-se as prioridades, avaliam-se os recursos, e decide-se colectivamente com a comunidade educativa. Depois sim, verificamos se fecham ou não escolas, se se faz ou não centros escolares, se isso é ou não o caminho para o nosso território educativo. Esta moção é, na minha perspectiva, só mais uma forma de manter um assunto em discussão pública, desfocalizando a atenção dos cidadãos daquilo que é o essencial – o que a CDU não fez tendo tido essa oportunidade e o que os restantes partidos com funções executivos nos últimos anos também não conseguiram fazer.

Por tudo isto lamento. Lamento que toda a inércia não passe deste tipo de comportamentos.

O MPM emitirá o seu parecer sobre esta matéria quando apreciar uma proposta de Carta Educativa.”

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Sistema Misto

Declaração de Voto

- *Peca por extemporaneidade*
- *Está a ser um assunto eminentemente político/partidário*
- *Não poderá haver qq projecto de Centro Escolar sem haver primeiro discussão e aprovação da Carta Educativa.*
- *A riqueza de um país é aquele que tem cultura.*
- *A sociedade está em constante mutação- tudo muda*
- *Na Finlândia já se discute **que o melhor ensino não é por disciplinas mas por temas.***

- *Os Centros Educativos são os que dispõem de maiores valências para uma educação do futuro*
- *As escolas de proximidade só encerram se tiverem menos de 20 alunos*
- *A Câmara de Peniche- CDU- optou por Centros Escolares. Aliás, penso que a CMPeniche está em tudo, nestas matérias, mais à frente- por isso ganha eleições...*
- *Na Marinha Grande- Temos um Centro Escolar- Privado- Com Sucesso*
- *Estar a perder esta oportunidade é estar a perder uma educação e cultura de futuro.*
- *Apoiar um ensino de futuro (Centros Escolares- com maiores valências de ensino) não é estar a aprovar o encerramento de escolas- É falso que se diga isso-É uma falsa questão*

Por tudo isto votámos contra. Nesta matéria só me vou pronunciar após a discussão pública da Carta Educativa."

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque o processo de reflexão que tem de ser feito sobre este tema terá o seu momento certo e tem a ver com a aprovação da Carta Educativa.

No entanto, quero mais uma vez que fique claro qual é a posição do + Concelho e de mim mesmo relativamente a este tema.

1 – Deve o Sr. Presidente e a Vereação com pelouros publicamente deixar claro o que existe candidatado relativamente ao Centro Escolar no Programa 2020.

2 – Não concordamos, nem aprovaremos a construção de nenhum Centro Escolar como estrutura nova, de grande dimensão e que não tenha por base as infraestruturas já existentes, isto é, mesmo em caso de aprovação da candidatura aos incentivos 2020 o processo de adjudicação de construção do edifício que daí resultaria será sempre objecto da votação nesta Câmara e por consequência estaremos nessa altura em posição de o aprovar ou de o recusar.

3 – Não estamos de acordo, e não terá nunca o nosso voto favorável, a deslocação de alunos, sobretudo dos de idade inferior a 6 anos, da sua área de residência para zonas distantes, ou seja, que não sejam escolas de proximidade.

Mais uma vez a posição intransigente do PS e do PCP fizeram com que este tema tivesse que ter um tratamento pouco aconselhável quando se pretende soluções de consenso e envolvendo a comunidade."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente a moção porque se pretendia com a mesma, tão só, fosse iniciado um amplo debate para discussão desta temática tão importante para as populações.

Não entendemos como pode a aprovação desta moção condicionar a Carta Educativa (cuja discussão, diga-se em abono da verdade, foi iniciada pela mão da CDU neste mandato, depois de nada ter sido feito no anterior mandato). Antes pelo contrário!

A discussão desta temática enriqueceria a Carta Educativa. Se nos apresentamos à população já com a construção do Centro Escolar decidida de que adiantará ir discutir com a população se requalificamos escolas ou se construímos Centros Escolares que já estão construídos? E se a população decidir não escolher o Centro Escolar para lá colocar as

*crianças? Investimos um milhão de euros para quê? Sendo certo que com o investimento que a Câmara tem que fazer de cerca de 1 milhão de euros no novo Centro Escolar, daria para requalificar todo o Parque Escolar do concelho e ainda sobrava dinheiro!
Lamento que se tente fazer deste tema uma querela partidária, precisamente com o objetivo de o diminuir e evitar a sua discussão!
Quem defende escolas de proximidade (e como é público, nós fizemo-lo publicamente já em 2013 em entrevista no Jornal da Marinha), nunca poderia votar contra esta moção.”*

Esta declaração de voto foi subscrita pelo Sr. Vereador Vítor Pereira.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Presente a «Moção contra o encerramento de escolas» subscrita pelos Senhores Vereadores Alexandra Dengucho e Vítor Pereira, eleitos pela CDU, profiro a seguinte Declaração de Voto, para que fique em Acta:

- 1. Por decisão da Câmara Municipal ratificada em Reunião Ordinária de 10.01.2013 foi dado início ao processo de Revisão do Plano Director Municipal, sendo que no Caderno de Encargos aprovado pela mesma Câmara foi incluída, entre outros elementos, a Revisão da Carta Educativa do Município da Marinha Grande.*
- 2. Os objectivos da Carta Educativa nos termos do Artº11 do DL nº7/2003 de 15 de Janeiro são os seguintes, entre outros:*
 - a. Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré - escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva do município.*
 - b. A Carta Educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.*
 - c. A Carta Educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo.*
 - d. A Carta Educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.*
- 3. A Carta Educativa, integrando o Plano Director Municipal, está sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação, entidade com a qual as câmaras municipais devem articular estreitamente as suas intervenções, por forma a garantir o cumprimento dos princípios, objectivos e parâmetros técnicos estatuídos quanto ao reordenamento da rede educativa, bem como a eficácia dos programas e projectos supra municipais ou de interesse supra municipal. (Art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).*

4. *A Lei de Bases do Sistema de Ensino determina no artigo 42º que:*
- 1 - *Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e dos métodos educativos.*
 - 2 - *A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.*
 - 3 - *A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.*
 - 4 - *Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.*
 - 5 - *A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.*
5. *Entre outras, compete à DGEstE:*
- a) *Participar no planeamento da rede escolar;*
 - b) *Assegurar a concretização da política nacional no domínio das instalações e equipamentos escolares;*
 - c) *Definir, gerir e acompanhar a requalificação, modernização e conservação da rede de escolas;*
 - d) *Prestar apoio técnico aos municípios nas intervenções que estes realizem no parque escolar;*
6. *O novo quadro de apoio comunitário – Portugal 2020 – negociado pelo Governo português apenas prevê financiamento para investimentos na ampliação e construção de raiz de equipamentos escolares que venham a configurar-se segundo o modelo de Centros Escolares, definido pela Lei nacional;*
7. *Antevendo a necessidade de o Município a curto prazo investir na requalificação da sua rede escolar decidiu o Executivo Municipal apresentar em sede de candidatura intermunicipal ao novo quadro de Fundos Comunitários – Portugal 2020 o projecto de construção três Centros Escolares no Município, a saber, dois na Freguesia da Marinha Grande e um na Freguesia de Vieira de Leiria. Destes, apenas foi aprovado o financiamento para a construção de um Centro Escolar na Freguesia da Marinha Grande;*
8. *Considerando o exposto nos números 1 a 3 sobre a Revisão da Carta Educativa e os números 5 e 6 sobre a candidatura intermunicipal a fundos comunitários, o Executivo Municipal reuniu em 06.02.2015 na presença do Senhor Presidente Álvaro Manuel Marques Pereira e Vereadores Paulo Vicente (PS), Alexandra Dengucho e*

Vitor Pereira (PCP) para discutir e definir a orientação política sobre a redefinição da rede escolar municipal a ser vertida para a Carta Educativa. Dessa reunião resultou claro que todos os presentes concordavam com a inclusão na rede escolar municipal do modelo de Centro Escolar, respeitando-se o princípio de que estes apenas considerariam a inclusão de JI+EB1.

- 9. A discussão da orientação política sobre a Educação e particularmente a Rede Escolar Municipal junto das Entidades Municipais (Agrupamentos Escolares, Conselho Municipal de Educação, e outros) e supra-municipais (DGEstE) era da competência da Vereadora para a Educação, Alexandra Dengucho, o que não fez durante os dois anos em que exerceu o seu mandato;*
- 10. A 14 de Julho o Senhor Presidente Álvaro Pereira convocou a Vereadora Alexandra Dengucho para solicitar que a mesma, nos termos da sua competência, discutisse com o Agrupamento Nascente a tipologia de Centro Escolar a ser construído, face às necessidades expectáveis para o horizonte 2015-2023 (período de abrangência do Quadro Comunitário) para que se avançasse com o Concurso Público para adjudicação da elaboração do projecto de construção;*
- 11. Foi no seguimento desta reunião que a Senhora Vereadora Alexandra Dengucho, anunciou à Senhora Directora do Agrupamento Nascente e, sucessivamente, às Associações de Pais, que era intenção do Presidente de Câmara encerrar, já no ano lectivo de 2015/2016, 6 Escolas de Ensino Pré-Escolar e de Ensino Básico do 1º Ciclo. Claramente, a Senhora Vereadora Alexandra Dengucho mentiu e enganou deliberadamente tanto a Directora do Agrupamento Escolar Nascente como as Associações de Pais e a População em geral, com o conhecimento e consentimento da CDU;*
- 12. A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo e da regulação da Rede Educativa, não tem competência para decidir o encerramento de Escolas, sendo esta uma competência da DGEstE, como ficou claro no nº 5 do ora exposto;*
- 13. A Câmara Municipal da Marinha Grande não tem em procedimento qualquer projecto de construção de Centros Escolares no território Municipal, mantendo apenas como válida a sua candidatura a fundos comunitários para a construção de um Centro Escolar quando e se a Carta Educativa o vier a definir como prioritário no horizonte até 2023.*
- 14. Prescindir hoje deste valor de financiamento a fundo perdido para a construção de um Centro Escolar na Marinha Grande significa hipotecar não apenas a política de investimento público na Educação do presente Executivo como dos Executivos futuros (2017-2021 e 2021-2025) pois estaríamos a onerar o orçamento municipal dos sucessivos Executivos quando confrontados com a necessidade de avançar, por*

imposição da realidade, com a construção de qualquer Centro Escolar, sem o apoio financeiro agora salvaguardado;

- 15. De igual modo seria uma irresponsabilidade inqualificável se este Executivo Municipal aprovasse a suspensão dos trabalhos de Revisão da Carta Educativa que é o único procedimento a decorrer presentemente. Recorde-se que a Revisão da Carta Educativa prevê a discussão pública quer com os Agentes Educativos, quer com as Associações de Pais, quer com as Entidades Municipais e supra municipais, nos termos próprios da Lei, sobre todos os aspectos inerentes à mesma, nomeadamente, a redefinição da rede escolar no Município;*
- 16. A CDU, na sua campanha para as últimas eleições legislativas usou esta questão como «arma eleitoral» sufragando assim a sua opção de contestação aos Centros Escolares. O resultado desse sufrágio é de todos conhecido: a CDU foi a 3.ª força política no resultado eleitoral na Marinha Grande, o que quer dizer que uma larga maioria dos eleitores Marinhenses não se revê nesta forma de fazer política da CDU;*
- 17. A CDU na Marinha Grande, numa visão autista e ortodoxa, contrária de resto a orientação política seguida por outras Concelhias do mesmo Partido, note-se, onde a CDU lidera os respectivos Executivos. Veja-se o caso do Município de Peniche onde o Executivo Municipal liderado pela CDU aprovou já este ano a construção de um Centro Escolar com 12 salas, para aproximadamente 300 alunos, agregando alunos de diversas freguesias. O que a CDU em Peniche diz ser uma necessidade e uma prioridade para a Educação, na Marinha Grande a CDU diz ser um ataque contra as Famílias e a População;*
- 18. A posição assumida pelo Conselho Geral do Agrupamento Nascente, claramente influenciado pela manipulação da informação prosseguida pela Senhora Vereadora Alexandra Dengucho, é contrária à própria realidade do Agrupamento uma vez que, se no seu Comunicado se manifesta contra a construção de quaisquer Centros Escolares, na verdade a Escola John Beare, na Embra, e integrada neste Agrupamento, é ela mesma e na prática, um Centro Escolar onde convivem crianças do Pré-Escolar com Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico;*
- 19. Assumo claramente, em meu nome e em nome do Partido Socialista, que não defendemos por princípio o encerramento de qualquer Escola que esteja presentemente em funcionamento e sempre defenderemos a continuidade em funcionamento de qualquer Escola enquanto estas respeitarem os padrões legais de qualidade na oferta formativa para as Crianças do Município e em conformidade com as orientações das Entidades competentes;*
- 20. Não deixarei no entanto, enquanto eleita pelo Partido Socialista, de pugnar pela defesa de uma rede escolar que corresponda aos mais elevados padrões de qualidade na oferta formativa para todas as Crianças do Município, em particular*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, desde logo, pela disponibilização de equipamentos escolares, em conformidade com o que vier a ser definido na Carta Educativa, concretizando o reordenamento da rede e proporcionando ao Município em geral e aos respectivos alunos em particular, um conjunto de equipamentos educativos integrados que se possam assumir como equipamentos aglutinadores ou geradores de desenvolvimento local e que contribuam para o sucesso educativo e formação pessoal de todas as crianças e jovens.

21. *Por considerar a presente moção extemporânea e atentatória contra os interesses do Município em geral e das Crianças e Jovens em idade escolar em particular, voto **CONTRA**.*"

Esta declaração de voto foi subscrita pelo Sr. Presidente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião das 14:00 horas às 15:00 horas, para almoço.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

32 - DEVOLUÇÃO DE APOIO FINANCEIRO. ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II. REPOSIÇÃO EM PRESTAÇÕES. AUDIÊNCIA PRÉVIA ESCRITA.

727 - Na sequência da deliberação camarária, de 28 de maio passado, em que foi determinada a reposição de um apoio financeiro no montante de 15.000,00 euros, pela Associação Novo Olhar II, foi esta entidade notificada para o efeito.

Presente proposta de reposição do valor referido em 750 prestações mensais, de 20,00 euros cada (E/7926/2015).

Considerando que:

- A reposição de dinheiros públicos obedece ao disposto nos artigos 36.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.
- A reposição pode ser efetuada em prestações mensais, desde que o prazo de entrega não exceda o ano económico seguinte àquele em que foi deferido o pagamento em prestações

(artigo 38.º, n.º 1, do citado diploma legal). Ou seja, se for deferido o pagamento em prestações no ano de 2015, o plano de pagamentos pode estender-se até ao final do ano de 2016.

- Em casos especiais, pode ser autorizado um plano de pagamentos que inclua um número de prestações superior ao referido na alínea anterior, não podendo cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor (artigo 38.º, n.º 2, do Decreto-Lei citado).

- A obrigatoriedade de reposição prescreve no prazo de cinco anos a contar da data em que foi efetuado o pagamento pela Câmara Municipal (artigo 40.º).

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, notificar a Associação Novo Olhar II para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia escrita, no prazo de dez dias úteis, a contar da respetiva notificação, sobre a intenção de indeferir o pedido de reposição do apoio financeiro no montante de 15.000,00 euros, em 750 prestações mensais de 20,00 euros.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - REVISÃO DO VALOR DA RENDA, SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DE LUÍS FILIPE SILVA FERREIRA, INQUILINO RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 82, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

728 - Presente informação n.º 1438 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 21 de outubro de 2015, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado presencialmente pelo arrendatário mencionado em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração dos rendimentos e da composição do agregado familiar;

Considerando os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Luís Filipe Silva Ferreira, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Luís Filipe Silva Ferreira	82	11-05-2013	109,92€	28,07€

Mais delibera que a aplicação da referida renda entre em vigor, a partir do 1.º dia útil de novembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 4, 4.º DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ANABELA OLIVEIRA SANTOS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR

729 - Presente informação n.º 1353 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 07 de outubro de 2015, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração nos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

Considerando, por fim que, dos cálculos efetuados resulta que, se terá de aplicar o constante no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Anabela Oliveira Santos, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Júlio Braga Barros:

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2015 (desde fevereiro/2015)	RENTA 2015 (a partir novembro/2015)
4	Anabela Oliveira Santos	4.º Dto.	01/02/2010	27,94€	5,07€

Mais delibera, que a referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de novembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, 2.º DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É MARIA DO ROSÁRIO SANTOS DOS REIS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR

730 - Presente informação n.º 1351 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 07 de outubro de 2015, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar
I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração nos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

Considerando, por fim que, dos cálculos efetuados resulta que, se terá de aplicar o constante no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Maria do Rosário dos Santos Reis, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Praceta da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2015 (desde junho/2015)	RENTA 2015 (a partir novembro/2015)
3	Maria do Rosário dos Santos Reis	2º Dto.	23/05/2005	20,75€	4,19€

Mais delibera, que a referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de novembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade

36 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

731 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), **suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.**

Entretanto foram entregues e validados os documentos em falta das seguintes entidades:

- Clube dos Músicos – Relatório de contas de 2014 e respetiva ata de aprovação.
- SDR Pilado e Escoura – Plantas de localização, memória descritiva e estudos prévios ou descrições técnicas / peças desenhadas do que pretendem realizar no âmbito do pedido de apoio a infraestruturas

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais acima indicadas, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8128/2014	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Plano de Atividades 2015- Homenagem a diversos músicos	510522173	27	1.000,00 €
E/10530/2014	Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura	Substituição das telhas de cobertura da sede da coletividade	501804218	29	10.000,00 €
TOTAL					11.000,00 €

As candidaturas apresentadas visam a prossecução de projetos e objetivos com uma grande abrangência de públicos, congregam um grande número de recursos e destinatários, com custos significativos de realização.

No que diz respeito à candidatura ao programa de apoio a atividades culturais, considera-se que se trata de projeto de interesse municipal, que contribui para o desenvolvimento cultural do concelho, envolvendo comunidade local e agentes culturais, que promove o concelho a nível local e nacional e contribui para o desenvolvimento económico do concelho.

Relativamente à candidatura apresentada ao programa de apoio às infraestruturas, trata-se de projeto importante para a conservação e requalificação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento das atividades beneficiárias, razão pela qual devem ser apoiados nos montantes propostos.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou as propostas, com as quais concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Clube dos Músicos da Marinha Grande	Plano de Atividades 2015- Homenagem a diversos músicos	510522173	27	2015/A/176	1.000,00€
Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	Substituição das telhas de cobertura da sede da coletividade	501804218	29	2015/A/177	10. 000,00 €
TOTAL					11.000,00 €

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cujas minutas gerais se anexam, definindo-se ainda que os benefícios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos de minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar as minutas de contrato-programa em anexo (Anexo 2) a celebrar com as entidades beneficiárias, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015, uma vez que as atividades /projetos se iniciaram a partir de 1 janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas. Temos dez meses decorridos e há alguns destes eventos já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

37 - APRECIACÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

No início da discussão deste ponto o Sr. Vereador Vítor Pereira comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea b) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que uma das candidaturas é da sua filha.

Nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente declarou o impedimento do Sr. Vereador.

732 - Presente informação n.º I/1439/2015 datada de 21 de outubro de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 23 (vinte e três) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 3º trimestre de 2015, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e em reunião da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014;

1. Considerando que dos 23 (vinte e três) processos que deram entrada no 3º trimestre de 2015, ao abrigo da alínea a) ou b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, 21 (vinte e uma) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado;

Propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos requerentes abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2015	Pagamento de 2ª tranche em 2015
E/7010/2015	Liliana Cristina da Luz Oliveira Duarte	221428127	Luís Manuel dos Santos Jesus Lopes	186904797	500€	500€
E/8336/2015	Patrícia Daniela Almeida Marrazes	251650685	Ricardo André Martinho Silva Couxão	226174689	125€	125€
E/7991/2015	Helga Sofia Duarte Costa	239578074	Pedro Miguel Gaspar Nunes	246727756	125€	125€
E/7911/2015	Sheila Alustiza Matos	217673740	Nuno Miguel Alves Duarte	213563053	500€	500€
E/7827/2015	Hugo Alexandre Monteiro Capela	224213784	Lara Catarina do Carmo Pereira	237808226	125€	125€
E/7252/2015	Márcia Alexandra	233343750	Noé Luís Pousos	205108806	125€	125€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

	Costa Coelho Teixeira		Teixeira			
E/7011/2015	Gustavo Manuel Nunes de Oliveira	217079628	Mónica Sofia da Silva Vitorino de Oliveira	213640368	125€	125€
E/6676/2015	Cátia Sofia da Silva Carriço Domingues	227560795	Ricardo Jorge Ferreira Domingues	197905811	500€	500€
E/6753/2015 (*) Candidatura de gémeos	Fabiana Margarida Gomes Russo	211938769	Pedro Bruno Soares Inácio Constâncio dos Santos	202864626	1000€	1000€
E/6885/2015	Vítor Manuel Duarte da Silva	244740658	Carla Sofia Lopes Costa	217220355	125€	125€
E/6468/2015	Patrícia Alexandra Balbino Grilo	183488547	Bruno José da Graça Freitas	169386058	125€	125€
E/6261/2015	Daniel Francisco Lourenço	209039213	Vânia Lúcia Gomes Ferreira	224999133	125€	125€
E/6172/2015	Susana Isabel Jordão Duarte	223541184	Samuel António Pereira Monteiro	219907307	500€	500€
E/6127/2015	Pedro Miguel Ferreira Alves	207019088	Paula Cristina Galante da Cunha	228369932	125€	125€
E/6011/2015	Sofia Cordeiro Graça Silva	219712395	Jaime Manuel Marques da Silva	206293720	500€	500€
E/8284/2015	Nelson Manuel de Oliveira Matos	200049291	Teresa Francisca Menezes da Silva Santos dos Reis	216010748	500€	500€
E/7519/2015 (*) Candidatura de gémeos	Pedro Miguel Rodrigues Garcia	230574904	Betina da Luz Marques Garcia	229277896	250€	250€
E/6010/2015	Daniela Patrícia Jordão de Sousa	227464133	Jorge Filipe Diogo Soares Miguel	217823360	125€	125€
E/5821/2015	Ana Maria de Jesus Silva	208253483	-----	-----	125€	125€
E/7236/2015	Carla Sofia Amorim Rosa	200811088	-----	-----	125€	125€
E/6674/2015	Oleksandr Chornyy	265521173	-----	-----	125€	125€

3. Relativamente a 2 (dois) processos abaixo identificados que deram entrada no 3º trimestre ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, decorre audiência prévia nos termos dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, pelo que serão objeto de apreciação futura.

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6612/2015	Flávia Catarina Amorim Costa	228978076	Joaquim Alexandre Borges Pais	220919224
E/7362/2015	Mónica Sofia Ribeiro Marcelino	223746800	Fábio Alexandre Coutinho Matias	215976525

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

Marinha Grande, deferir 21 (vinte e uma) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo à natalidade aos requerentes abaixo identificados, calculado com base na alínea a) e b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2015	Pagamento de 2ª tranche em 2015
E/7010/2015	Liliana Cristina da Luz Oliveira Duarte	221428127	Luís Manuel dos Santos Jesus Lopes	186904797	500€	500€
E/8336/2015	Patrícia Daniela Almeida Marrazes	251650685	Ricardo André Martinho Silva Coughão	226174689	125€	125€
E/7991/2015	Helga Sofia Duarte Costa	239578074	Pedro Miguel Gaspar Nunes	246727756	125€	125€
E/7911/2015	Sheila Alustiza Matos	217673740	Nuno Miguel Alves Duarte	213563053	500€	500€
E/7827/2015	Hugo Alexandre Monteiro Capela	224213784	Lara Catarina do Carmo Pereira	237808226	125€	125€
E/7252/2015	Márcia Alexandra Costa Coelho Teixeira	233343750	Noé Luís Pousos Teixeira	205108806	125€	125€
E/7011/2015	Gustavo Manuel Nunes de Oliveira	217079628	Mónica Sofia da Silva Vitorino de Oliveira	213640368	125€	125€
E/6676/2015	Cátia Sofia da Silva Carriço Domingues	227560795	Ricardo Jorge Ferreira Domingues	197905811	500€	500€
E/6753/2015 (*) Candidatura de gémeos	Fabiana Margarida Gomes Russo	211938769	Pedro Bruno Soares Inácio Constâncio dos Santos	202864626	1000€	1000€
E/6885/2015	Vitor Manuel Duarte da Silva	244740658	Carla Sofia Lopes Costa	217220355	125€	125€
E/6468/2015	Patrícia Alexandra Balbino Grilo	183488547	Bruno José da Graça Freitas	169386058	125€	125€
E/6261/2015	Daniel Francisco Lourenço	209039213	Vânia Lúcia Gomes Ferreira	224999133	125€	125€
E/6172/2015	Susana Isabel Jordão Duarte	223541184	Samuel António Pereira Monteiro	219907307	500€	500€
E/6127/2015	Pedro Miguel Ferreira Alves	207019088	Paula Cristina Galante da Cunha	228369932	125€	125€
E/6011/2015	Sofia Cordeiro Graça Silva	219712395	Jaime Manuel Marques da Silva	206293720	500€	500€
E/8284/2015	Nelson Manuel de Oliveira Matos	200049291	Teresa Francisca Menezes da Silva Santos dos Reis	216010748	500€	500€
E/6010/2015	Daniela Patrícia Jordão de Sousa	227464133	Jorge Filipe Diogo Soares Miguel	217823360	125€	125€
E/7519/2015 (*) Candidatura de gémeos	Pedro Miguel Rodrigues Garcia	230574904	Betina da Luz Marques Garcia	229277896	250€	250€
E/5821/2015	Ana Maria de Jesus Silva	208253483	-----	-----	125€	125€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

E/7236/2015	Carla Sofia Amorim Rosa	200811088	-----	-----	125€	125€
E/6674/2015	Oleksandr Chorny	265521173	-----	-----	125€	125€

A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2014/A/75.

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 13/11/2015
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 04/12/2015

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”

38 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO – CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “JAVIER GÓMEZ, RETROSPETIVA”

733 - Presente a informação interna I/1446/2015 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço do catálogo da exposição temporária “Javier Gómez, Retrospectiva”, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público publicações alusivas às suas exposições ou ao património local/regional, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação do preço para o novo catálogo adquirido, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Catálogo Javier Gómez	1,43 €	2,50 €	-	2,50 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

734 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Instituto Politécnico de Leiria, datado de 07 de outubro de 2015. A visita será realizada por um grupo de alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, no âmbito de um programa de intercâmbio de alunos e docentes com a Universidade de Fievale, num total de 30 alunos e professores acompanhantes, e encontra-se agendada para 29 de outubro de 2015.

Considerando que:

- A alínea e), do n.º 4, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas nos museus municipais as visitas organizadas por estabelecimentos de ensino público, com a finalidade de estimular o gosto e a apetência pelas áreas históricas e artísticas do concelho, e ainda a apreensão de novos conceitos culturais e artísticos.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia

simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se cópia dos estatutos do Instituto Politécnico de Leiria publicados no em Despacho Normativo n.º 39/2008, de 21 de julho, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde se pode comprovar, no n.º 1 do art.º 1.º dos referidos estatutos, a natureza jurídica da entidade requerente como sendo uma instituição de ensino superior de direito público. De acordo com o mesmo número e artigo fica também comprovado que o Instituto Politécnico de Leiria tem como finalidade estatutária *"a produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental"*.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Instituto Politécnico de Leiria.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 4, alínea e) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, o Instituto Politécnico de Leiria do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 29 de outubro de 2015, para um total de cerca de trinta alunos e professores acompanhantes, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE

735 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, datado de 19 de agosto de 2015. A visita será realizada por um grupo de bombeiros e seus familiares, no âmbito de um encontro de confraternização dos Bombeiros do Distrito de Leiria, num total de 300 pessoas, e encontra-se agendada para 07 de novembro de 2015.

Considerando que:

- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *"As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários."*

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se cópia dos estatutos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, alterados e publicados no Portal da Justiça a 25 de janeiro de 2010, onde se pode comprovar, no n.º 1 do art.º 1.º dos referidos estatutos, a natureza jurídica da entidade requerente como sendo uma pessoa coletiva de utilidade pública. De acordo com a alínea a) do n.º 2 o artigo 3.º dos referidos estatutos fica também comprovado que Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande tem como finalidade estatutária a *“prestação de (...) atividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação (...) intelectual dos seus associados”*.

- A associação tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 07 de novembro de 2015, para um total de cerca de trezentas pessoas.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2016. MANDATO DISCRIMINADO.

No início da discussão deste ponto o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

Para apresentação e esclarecimento dos instrumentos de gestão previsional da **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.**, esteve presente na reunião a **Dr.ª Fátima Cardoso**, Administradora da empresa, que explicou os projectos e os

investimentos que a empresa pretende realizar em 2016, respondendo também a algumas dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

736 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre os instrumentos de gestão previsional para 2016, de acordo com o artigo 12.º, n.º 3, dos estatutos da empresa.

Presente Instrumentos de gestão previsional para 2016, acompanhados do parecer emitido pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar os instrumentos de gestão previsional para 2016.

Mais delibera, nos termos do artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 9.º, n.º 1, dos Estatutos da empresa, designar sua representante na assembleia geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, a Vice-Presidente da Câmara Municipal Cidália Ferreira.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Mais uma vez verificamos que os subsídios atribuídos pela Câmara à TUMG aumentaram e que do ponto de vista das despesas nada foi feito no sentido de as reduzir e tornar mais eficaz a empresa.

É importante verificar que a Câmara atribui à TUMG de uma forma direta e indirecta um valor situado entre os 550.000 e 600.000 euros e que tem como receita dos transportes urbanos de passageiros 136.000 euros.

Esta subsidiação é uma subsidiação cega, porque coloca no mesmo grupo os que precisam e os que não requerem nem precisam de apoios camarários, ou seja, não há discriminação positiva que justifique boa parte desta subsidiação.

Relevante também realçar que há uma redução significativa de utilizadores do transporte urbano, quer sob a forma de bilhetes vendidos, uma redução de 78.000 para 59.000, quer de passes vendidos, de 93.000 para 76.000.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
29/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 28

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião